

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Um torpedo contra o Plano Verão

A greve geral de 14 e 15 de março surpreende o governo, e abre uma jornada de lutas unitárias contra a política do FMI.



Daniel Augusto Jr.

23 de Março de 1989 — Nº 233 — Ano XII — NCZ\$ 0,50

Editorial

**Os desafios do
VI Encontro Nacional
do PT**

Págs. 2 e 3

Especial

Pags. 7 a 10

**Chile 1970-1973
A história de uma ilusão**



Bombardeio sobre a sede do governo Allende

Os desafios do VI

Do V ao VI Encontro Nacional, um ano e meio depois, a situação do país mudou muito. Também mudou o PT. Governo de algumas das maiores cidades e disputando efetivamente a Presidência da República, nosso partido ainda terá que mudar muito mais, se quiser estar à altura das tarefas colocadas para os trabalhadores brasileiros.

Está programado para junho a realização do VI Encontro Nacional do PT. Prevê-se a presença de cerca de 650 delegados representando cerca de 650 mil filiados, que serão escolhidos nos próximos meses em encontros estaduais a se realizarem por todo o país.

A direção nacional não definiu a pauta precisa do Encontro Nacional, nem elaborou um conjunto de teses para organizar e orientar a discussão, mas alguns pontos já vem sendo trabalhados pelo Diretório Nacional, em particular a campanha Lula Presidente. O fato de não estar prevista a renovação do Diretório Nacional pode ajudar a criar um clima mais favorável ao debate, mais politizado e menos sectarizado do que nos últimos encontros.

Definições

O V Encontro Nacional adotou uma resolução que esboçava a linha que pode ser chamada de estratégia de "alternativa democrática e popular": a apresentação à nação de uma alternativa democrática e popular, em torno de um programa antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário, e tendo na campanha de Lula à presidência um veículo privilegiado de divulgação.

Seu objetivo é a instauração de um governo democrático e popular, entendido, nos termos da resolução, como um momento privilegiado da luta pelo poder e pelo socialismo, através de uma ruptura revolucionária (tese 75). Formulam-se alguns aspectos gerais da compreensão que tem o PT do socialismo e de sua ligação com a democracia. Esboça-se uma linha de acumulação de forças centrada na construção do PT, da CUT e na conquista de postos eletivos (parlamentares e executivos).

Simultaneamente dava-se uma grande ênfase na implantação de uma política de alianças desdobrada em suas dimensões: a "frente única classista" e a "frente democrática e popular", está abarcando as classes médias.

O encontro definiu também uma política sindical do partido e orientações para a construção partidária que superavam a antiga dicotomia estabelecida para a maioria do partido entre partido de massas e de quadros. Finalmente,

aprovou uma regulamentação do direito de tendência (até hoje não aplicada plenamente pela direção nacional) e, rejeitando a aplicação do princípio da proporcionalidade nas executivas, estabeleceu a existência de uma representação das chapas minoritárias na executiva nacional (e mantendo a proporcionalidade na maioria das Executivas estaduais).

É deste patamar de definições que o PT parte para seu VI Encontro Nacional.

Novo cenário

O cenário da luta de classes no Brasil se alterou muito desde o V Encontro. Suas resoluções são hoje insuficientes para enfrentar os desafios da conjuntura e responder às necessidades do partido.

Hoje está mais clara do que nunca a crise estrutural que atravessa o capitalismo brasileiro, expressão particular da onda longa depressiva do sistema capitalista mundial e que golpeia o conjunto da América Latina, e expressão também do esgotamento do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro.

A transição conservadora não conseguiu estabelecer um novo regime estável e dotado de legitimidade popular, capaz de integrar os trabalhadores na ordem vigente. A presença do PT, da CUT e de um importante movimento operário e popular independente durante a última década foi o elemento central de contestação à direção imprimida pela burguesia à nação e de acirramento das tensões políticas. Este pólo estruturou um campo popular cada vez mais amplo, que conheceu um salto de qualidade como resultado das eleições de novembro. Temos agora uma nova correlação de forças na sociedade, muito mais favorável aos trabalhadores.

Já começamos a sentir as repercussões disso nos últimos meses. A greve geral de 14 e 15 de março foi a maior da história do país, marcadamente um protesto contra o governo Sarney e sua política econômica.

Assim, a crise política hoje estende-se do governo para as instituições que ele gerou, que perdem legitimidade. Temos hoje no Brasil não só uma **crise de governo** mas também o início de uma **crise do regime** da "Nova República", que pode ou não se aprofundar co-

mo resultado das lutas populares e do resultado da campanha presidencial. O que não deve ser confundido com uma **crise do Estado** burguês e de suas instituições vitais, em particular o aparato repressivo.

A percepção da profundidade da crise é partilhada inclusive pela burguesia. Reis Velloso, ex-ministro do planejamento dos governos Médici e Geisel publicou um artigo intitulado "Um país sem projeto", que reflete bem isso. Ele o inicia assim: "Nesta altura do campeonato, até os índios da Amazônia já sabem que o Brasil está em crise (e na berlinda internacional). E crise existencial, crise global, e não apenas econômica ou política. Tomando conhecimento desse caráter global da crise, o eleitor, em novembro, resolveu demitir, politicamente, o governo — todos os níveis de governo — a classe política, as classes dirigentes. Ou seja, aqueles que, no seu entender, estão na raiz do problema." (*Jornal da Tarde*, 18/3/89)

Esta crise nacional não poderá ser resolvida sem uma alteração de forças substancial, seja em favor do proletariado, seja em favor da burguesia, e deve se prolongar por um período ainda indefinido. VI E.N.

Perspectivas

Existe a possibilidade de uma rápida aceleração dos ritmos da luta de classes. Administramos algumas das maiores cidades do país e a utilização dos governos municipais a favor da luta dos trabalhadores vem provocando uma dura reação por parte da burguesia. O sucesso da greve geral também foi outra expressão e é um componente deste processo.

A sucessão presidencial, na qual a candidatura Lula surge hoje entre as favoritas, fecha o quadro. E ela tem um papel decisivo na medida em que vai permitir centralizar o enfrentamento político de massa contra o governo Sarney e apresentar uma alternativa dos trabalhadores.

Podemos ganhar as eleições e, portanto, o governo federal. Não é o mais provável mas é uma possibilidade bastante real, na qual devemos investir todas as nossas forças. Sabemos que a burguesia, caso seja derrotada não assistirá passivamente um governo demo-



crático e popular enfrentar o imperialismo, os monopólios e o latifúndio, colocando a máquina estatal a serviço dos trabalhadores.

Uma eventual vitória do PT não poderá, do ponto de vista popular, resultar de um voto de protesto, de um simples deslocamento eleitoral para nosso candidato porque, se assim for, não poderá sustentar sua posse efetiva e o governo no seu período inicial.

A disputa central

O caráter do programa da candidatura Lula à presidência, da campanha e do governo democrático e popular e a forma como entendemos e enfrentaremos a luta pelo poder são as questões centrais colocadas para o VI Encontro Nacional do PT.

Devemos ser enfáticos em afirmar que se tratam de **questões em disputa**, na qual está em jogo o futuro do PT e talvez muito mais. Há diversas razões para preocupação.

Diversos companheiros têm interpretado as resoluções do V Encontro de uma forma que podemos resumir assim: a correlação de forças não permite hoje ter um programa socialista. Logo, o nosso programa se restringe a mudanças dentro do capitalismo: seu objetivo é aprofundar a democracia (às vezes se diz pior, "consolidar a democracia"), acabar com a

miséria, resolver os problemas fundamentais da população trabalhadora e estabelecer a independência e a soberania nacionais através de propostas concretas e factíveis.

Assim, nossa linha é de acúmulo de forças e de ampliar as alianças (como analisamos no **EM TEMPO** de fevereiro de 1989, até uma resolução do Diretório Nacional sugere esta linha). Ora, esta interpretação tem um sentido etapista (de acreditar numa etapa de desenvolvimento capitalista autônomo, harmonioso etc) que vai contra o texto e o espírito do V Encontro. Exagera muito as possibilidades do capitalismo brasileiro (e na verdade de qualquer capitalismo) e subestima gravemente a força da luta de classes.

O CARÁTER DO PROGRAMA E DA CAMPANHA

O programa e a alternativa que apresentamos à sociedade, são caracterizados como democráticos e populares por integrarem a luta pelas reivindicações mais sentidas das massas, a luta radical pela democracia e a luta contra o imperialismo, os monopólios e o latifúndio. As reivindicações anticapitalistas, diretamente socialistas, não estão presentes no corpo de propostas, mas são concebidas como integran-

Encontro Nacional do PT

do um momento subsequente da luta.

Porém, é claro que nas condições do Brasil, o combate ao imperialismo, aos monopólios e ao latifúndio é o combate ao essencial da burguesia, o que confere a estas bandeiras, objetivamente o papel de componentes da luta contra o capitalismo e pelo socialismo. Depois que elas somente possam ser viabilizadas pela conquista do poder pelos trabalhadores. E por fim, que não existe nenhuma muralha separando estas reivindicações de outras explicitamente anticapitalistas, ainda mais a partir do momento em que tivermos um amplo e poderoso movimento de massas lutando por elas na rua.

O programa democrático e popular deve ser concebido, portanto, como **oposição tanto a um programa maximalista, que proporia todo um rol de medidas de caráter socialista, quanto um programa de reformas imediatas, efetivamente viáveis nos marcos concretos do capitalismo brasileiro.** O programa democrático e popular faz a ponte com as reivindicações mais sentidas pelas massas em seu atual estágio de mobilização e conscientização e a luta pelo socialismo. Tal como aprovado no V Encontro, ainda tem lacunas importantes, como o tratamento das forças armadas e da conquista do poder, mas o seu sentido geral é mais do que claro.

A base política constituída pelo programa da candidatura Lula definirá também o campo para a escolha do candidato a vice na nossa chapa e a posição para o segundo turno caso não estejamos presentes.

Isso implica também em uma campanha militante e não eleitoralista, na organização de comitês de apoio à campanha de Lula como uma ampla tarefa de agitação e organização de massas, estreitamente ligada às lutas sociais, como fator de estímulo a auto-organização popular (e neste sentido inclusive fortalecendo os conselhos populares).

E é importante que isso se reflita numa coordenação de campanha sensível a essa compreensão, coordenação que poderá inclusive ser reestruturada por ocasião do VI Encontro Nacional.

A conquista do governo não pode ser confundida com a conquista do poder, como já fizeram muitas vezes partidos reformistas, com conseqüências às vezes trágicas para os trabalhadores. Em si, a conquista do governo pelo PT nem mesmo alterará o regime político definido pela Consti-

tuíte. A conquista do governo é a de uma parcela do poder, mas uma parcela subordinada a outra fora do controle democrático, as Forças Armadas (isso para não falar no legislativo, no judiciário e nos meios de comunicação de massas).

Mas se não se confundem, poder e governo estão estreitamente ligados. Duas teses da resolução do V Encontro Nacional — as teses 65 e 75 são suficientes para balizar esta questão.

O governo democrático e popular para poder aplicar coerentemente nosso programa democrático e popular terá que superar a resistência que lhe oferecerá a burguesia, apelar para a mobilização de massas e, portanto, enfrentar-se, cedo ou tarde (e isso pode depender tanto de nós como de nossos adversários), com os baluartes do poder burguês. Isto é, viabilizar-se através da ruptura revolucionária.

Administrações municipais petistas

Hoje, governamos 36 cidades, inclusive a maior do país e temos mais de mil parlamentares. Isso nos coloca enormes exigências numa esfera — a da administração pública — onde nosso acúmulo é muito pequeno.

As discussões até agora travadas tiveram duas configurações básicas. As travadas nas instâncias de direção do partido até agora foram discussões de princípios gerais necessários, porém, bastante abstratos.

As discussões travadas nas administrações tiveram, até agora, um caráter bastante empírico, de enfrentamento dos problemas emergenciais ou de tratamento de "rotina administrativa", sem que configurem projetos de maior fôlego.

É urgente que o partido elabore um projeto político para as administrações que dirige abarcando problemas como verbas e dívida, inversão de prioridades, participação popular, a defesa das estatais e do caráter "produtivo" dos serviços públicos, reforma administrativa e o tratamento mais estratégico da "máquina", o funcionalismo público, a relação partido-administração, o relacionamento com os diferentes setores sociais, os conselhos populares e a relação com os movimentos, o tratamento da questão das mulheres (que têm se defrontado com sérias resistências e preconceitos em diversas administrações) e do meio ambiente, a comunicação social, o relacionamento com as câmaras municipais.



Além disso, é fundamental orientar as prefeituras petistas no sentido de adotarem iniciativas políticas de impacto, que as transformem em centros de polarização política, capazes de aparecerem aos olhos da população como dotadas de uma qualidade diferente das administrações burguesas.

Conselhos populares

A discussão sobre os conselhos populares guarda uma certa autonomia frente à política municipal, na medida em que diz respeito a outra esfera da intervenção, a da organização independente de movimento popular. Há, no partido, interpretação diferenciadas sobre seu papel e suas potencialidades, menos em questões que dizem respeito a seu papel reivindicativo e de unificação do movimento popular urbano e mais no que diz respeito às potencialidades que podem apresentar enquanto mecanismo de auto-organização e instância de centralização política da população e, portanto, em outra situação, embrião de poder popular.

O entendimento da questão dos conselhos populares tem a ver com o método pelo qual o partido se relaciona, impulsiona e organiza o movimento, com auto organização popular e, portanto, como tratamos a questão do poder.

Construção partidária

A nova situação, a adesão de massa que ganhou o PT e as responsabilidades que recaem sobre nós impõem um avanço correspondente na construção partidária.

No plano da organização do partido, temos uma defasagem gigantesca entre nosso potencial de organização de militância e a realidade atual.

Hoje, nossa tarefa fundamental é organizar e ampliar a

coluna vertebral de militantes partidários compreendidos como quadros organizadores e dirigentes da luta de milhões de explorados e oprimidos que se põem em movimento. Construir um PT capaz de conduzir a luta pelo poder, desdobra-se em vários aspectos organizativos.

É urgente uma reestruturação completa do partido, alterando sua estrutura cartorial (de acordo com as normas da Justiça eleitoral), que bloqueia a generalização da estrutura de núcleos: filiação entregue aos cartórios, presença dos juizes nas convenções, distinção entre encontros e convenções. Mas é fundamental a superação da estrutura de diretórios regionais (ou estaduais), municipais e zonais (nas cidades com mais de um milhão de habitantes).

Entre as direções estaduais e municipais, há a necessidade de instâncias intermediárias de direção, sub-regiões com poderes de direção formais, jurisdição definida e recursos para impulsionar a construção do partido nas regiões do interior. E nas capitais, as estruturas de zonais se transformou num obstáculo, substituindo os núcleos (São Paulo está dividida em 35 zonais), impedindo a constituição de instâncias de direção, abaixo dos diretórios municipais, e acima dos núcleos dotadas de densidade política real (na medida em que os quadros estão atomizados nas zonais).

Uma estrutura partidária baseada em núcleos exige uma alimentação política permanente: uma ampla imprensa partidária, um sólido sistema de formação política do partido, o que é distinto dos institutos de formação impulsionados pelas diferentes tendências do partido e do movimento.

E, por fim, uma alteração profunda do atual sistema de

convenções, nas quais se vai buscar em caminhões ou kombis os filiados em casa para votar. Um primeiro passo positivo neste sentido foi a adoção da norma de que o filiado deve estar em dia para votar nos encontros (pagando a cotização de 1% do salário declarado).

Esta medida é ainda muito insuficiente. Ela tem que ser reforçada, criando sistemas de contacto permanente dos diretórios e núcleos com seus filiados e, em particular, os que se dispõem a contribuir financeiramente. Após a campanha eleitoral, o partido deve adotar a norma de que para votar, o filiado deve, além de cotizar, participar com certa regularidade de uma estrutura do partido (núcleo, diretório, comissões e secretarias).

Democracia interna

Os problemas partidários de mais difícil solução e que vão eclodir com peso no VI Encontro Nacional, apesar de não existir uma renovação do Diretório, são os referentes à construção da direção partidária e da garantia da democracia interna. A "Articulação" tem demonstrado muitas dificuldades para superar a visão e a prática hegemônica.

Dos vinte membros da executiva nacional, só dois não pertencem à "Articulação" (uma terceira vaga foi oferecida pela corrente majoritária à chapa "PT pela base", que só aceitou participar se tivesse pelo menos dois dos três postos a que teria direito pela proporcionalidade). E as correntes minoritárias tiveram mais de 40% dos votos para o Diretório Nacional no V Encontro Nacional.

Em janeiro deste ano, o Diretório Regional de São Paulo aprovou uma resolução que reafirma que cabe à maioria decidir sobre a participação ou não das correntes minoritárias nas direções executivas.

A superação desta postura, num momento em que as nossas responsabilidades são maiores do que nunca, é um dos problemas colocados para o VI Encontro Nacional. A construção de direções partidárias que representem a síntese do partido e agrupem seus quadros mais capazes exige a garantia estatutária da proporcionalidade nas executivas — de forma que as minorias não sejam mais sujeitas ao arbítrio e ao subjetivismo das majorias — e o reconhecimento efetivo do direito de tendência.

Esta pauta de problemas colocados no VI Encontro Nacional começa a ser enfrentada desde agora, nos encontros zonais, municipais e regionais que elegerão os delegados que o comporão.



CUT comanda unidade e puxa maior greve do Brasil

A greve geral de 14 e 15 contagia o movimento sindical com espírito ofensivo e de autoconfiança que o resultado das eleições municipais de 1988 despertou no PT.

Isaac Akcelrud

A greve geral de 48 horas (14 e 15 de março) sacudiu este país de ponta a ponta. Na medida em que as informações se completam e se define o quadro de conjunto, evidencia-se o largo salto à frente do movimento operário, o que altera a relação de forças e modifica a situação política em favor dos trabalhadores.

Quantitativamente, a greve geral atingiu todos os Estados e territórios. Mobilizou trabalhadores da cidade e do campo em todos os recantos do país. Numerosas localidades ainda sem tradição de luta, onde nunca tinha havido uma greve antes, juntaram-se ao movimento. A convocação da CUT e da CGT foi atendida, embora da maneira desigual, desde a Amazônia até o centro-sul industrializado, incorporando numa só caudal de 35 milhões de grevistas segundo os cálculos da CUT. Tão importante quanto a estatística é a geografia da greve, abarcando todo o país, pois indica a confluência das lutas em escala nacional.

Qualitativamente, a greve geral avançou na construção da unidade na luta. Desta vez, foi relativamente mais fácil unir, as centrais sindicais de uma lado pela fragilidade da CGT forçada a seguir a reboque a CUT, e de outro porque a luta comum contra o confisco de salário pelo Plano Verão abalou lideranças reformistas e de colaboração de classe, antes envolvidas com o logro do pacto social. A palavra de ordem de luta contra o Plano Ladrão — direta, simples, de compreensão instantânea mesmo por trabalhadores menos experientes e politizados — deu completa transparência à

passagem da luta econômica para o plano político. Reforçaram-se, por isto, a CUT e os sindicalistas com sensibilidade para os interesses vitais e as aspirações dos trabalhadores.

Politicamente, o movimento sindical mostrou-se capaz de utilizar as vastas reservas de iniciativa e autoconfiança acumuladas pelo movimento operário com as vitórias nas últimas eleições municipais. Assumiu a iniciativa e partiu para a ofensiva contra o governo e os patrões. Em lugar das greves isoladas, parciais, com predominância nos setores de serviços e do funcionalismo, uma audaz mobilização conjunta capitaneada pelo proletariado industrial do ABC, da capital paulista, da concentração metalúrgica de Volta Redonda no Rio de Janeiro, do Vale do Aço em Minas Gerais, de mãos dadas com os sindicatos dos grandes centros.

Esta ação repercutiu fortemente no campo, como atesta o exemplo de milhares e milhares de trabalhadores da lavoura canavieira de Pernambuco que engrossaram a passeata dos operários do Recife. Outro exemplo está nas áreas industriais de São Paulo, onde a greve geral contou com o apoio e a simpatia da população, de pequenos comerciantes empresários. Pediam informações ao comando da greve (não queriam ser enganados pela imprensa burguesa) e orientação (queriam ajudar).

O texto que publicamos a seguir sintetiza a avaliação feita em cima da hora pela equipe de redação do EM TEMPO: é uma primeira abordagem — o perfil da greve e a nova perspectiva a

A greve geral foi uma batalha em várias frentes travada antes, dos dias 14 e 15, com um pique nos dias da paralisação e que continua depois da aparente cessação do movimento. Cada uma dessas três fases teve suas características próprias. Na primeira, o governo tentou impedir a greve. Na segunda, foi preciso disfarçar sua desmoralização e isolamento político. Na terceira, ainda em curso, trata-se de reduzir a amplitude das conquistas econômicas imediatas dos trabalhadores e limitar sem impacto político.

Examinamos, neste item, o fracasso das tentativas de frustrar e isolar a paralisação.

Ministro censurado

O governo tentou impedir ou, no mínimo, reduzir as proporções da greve por meio de uma campanha de desinformação, da ameaça policial e militar e pela demagogia das falsas perspectivas de "conversações". Os generais do SNI e da Casa Militar queriam que o próprio Sarney fosse à televisão para declarar seu veto à greve geral. Por instinto de conservação, Sarney evitou expor-se às câmaras. Mandou seu novo ministro da Justiça, Oscar Dias Correa, digno continuador do fracassado Brosard.

Esse ministro, remanescente do grupo reacionário orientado por Carlos Lacerda, preparou um furibundo pronunciamento. Sarney vetou um parágrafo inteiro, comentando: "assim, está enchendo a bola da greve". A aparição de Correa na tv foi atrasada de uma hora e meia. Era o primeiro sinal de desentendimento e desentendimento político nas fileiras oficiais.

Clima de luta

Essas manobras foram em grande parte neutralizadas pelo clima de luta que aqueceu o período final da preparação. Várias categorias, em muitas cidades, anteciparam a irrupção da greve, em alguns casos por tempo indeterminado. Por exemplo: Os têxteis de Joinville (Santa Catarina) e os rodoviários do Rio de Janeiro, entre



Blumenau: a primeira greve dos têxteis em cem anos

outros; os metalúrgicos da Belgo Mineira, Minas Gerais, em greve com ocupação da fábrica (situação que perdurava ainda quando encerrávamos os trabalhos desta edição).

Em Campinas, São Paulo, o comando da greve resolveu ampliar a greve geral de 48 para 72 horas, funcionando o primeiro dia como aviso e confirmação de que a greve não só estava mantida, como já tinha começado. Em São Paulo várias fábricas anteciparam a greve.

Panorama nacional

Os levantamentos feitos pelo Comando nacional da greve geral em resumo reconstituem o seguinte panorama nacional de paralisação:

Região Norte: Indústria (metalúrgicos e eletricitários),

75% de paralisação. Funcionalismo, 85%. Transporte, 90%.

Região Nordeste: Indústria (metalúrgicos e petroleiros), 90%. Funcionalismo, 95%. Transporte, 95%. Bancos, 90%.

Região Centro-Oeste: Paralisação principal, a do funcionalismo com 80%. Em segundo lugar, indústria e serviços com paralisações parciais.

Região Sudeste: Paralisação majoritária na indústria, transportes e funcionalismo. Em segundo lugar, os setores financeiro e serviços. Na indústria, as paralisações mais expressivas foram as de São Paulo (60%) e Rio de Janeiro (70%). São quase 2,6 milhões de trabalhadores. Os metalúrgicos pararam em quatro Estados: 1) São Paulo, na capital,

no ABC, em Campinas e mais 15 cidades. 2) Rio de Janeiro, na capital, Volta Redonda (100%) e duas cidades do interior. 3) Minas Gerais, pararam em Belo Horizonte, Contagem e na Acesita. 4) Espírito Santo, parcial na capital.

Em diferentes níveis, pararam petroleiros, eletricitários, químicos e plásticos, vidros e alimentação, além do funcionalismo na educação, saúde e previdência.

Os maiores índices de paralisação dos transportes foram os do Rio e São Paulo. Os bancos pararam parcialmente em São Paulo (30%), no Rio (60%) e no Espírito Santo (90%).

Região Sul: Paralisações principais pela ordem: indústria, transporte e funcionalismo. As categorias mais participantes foram metalúrgicos com 64% (Porto Alegre, Canoas, Joinville, Curitiba e Cascavel); eletricitários, 75% na região com destaque para a Eletrosul; construção civil com 70%; alimentação e vestuário, com 40% cada; o transporte foi paralisado em 60% na região e os bancos, 50%. A paralisação do serviço telefônico foi quase total no Rio Grande do Sul.

Em numeros globais, os metalúrgicos figuram nacionalmente com uma paralisação de 55,4% da categoria, o que soma quase um milhão de trabalhadores. A distribuição foi desigual nas regiões: 64,1% no sul; 53,6% no sudeste; 72% no norte e 48,1% no nordeste.

Imagem e som

Estes dados numéricos, de um lado, confirmam o caráter geral da greve e, de outra parte, mostram sua extensão e força desigual, considerado o conjunto. A máquina de desinformação da grande burguesia, com o monopólio da comunicação de massa, insistia em trombetear o fracasso da greve. "Não houve greve" proclamaram em uníssono a Fiesp, Sarney, seus ministros e os escribas de aluguel em todo o país.

Nem a burguesia é tão insensível que ignore o que lhe corta a própria carne, nem o governo leva sua própria incompetência ao ponto de enganar-se a si mesmo. A mentira tinha o objetivo político de levar ao fracasso o segundo dia da greve. Falharam em toda a linha.

O povo cria novas armas de autodefesa para cada situação. Desta vez, entre outras, circulou amplamente uma sugestão-denúncia: quem quiser ver a greve na televisão, fará bem em desligar o som. A imagem é da greve: deu para ver em detalhes até o brutal espancamento policial da vereadora petista de Vitória, Espírito Santo. Mas o que o locutor fala é exatamente o contrário do que mostra as câmaras.

A tensão política da greve



Em várias capitais, a greve pegou firme nos transportes

Fracassada a tentativa de impedir ou, no mínimo, reduzir as dimensões da greve geral, além de mentir e negar a evidência, como quem assobia no escuro para espantar o medo, o governo teve de socorrer-se de nova bateria de "argumentos" contra a greve geral. Depois de ter censurado seu próprio ministro da Justiça, viu seus próprios cuidados e cautelas voltados contra ele mesmo. Teve que enfrentar o vazio político e a frieza dos governadores dos Estados, todos sem condições para repetir ofensivas anteriores contra greves muito menores e menos profundas.

A iniciativa das centrais sindicais foi desfechada na hora exata da crise do front político das classes dominantes, vergando ao peso das contradições ante às próximas eleições presidenciais. Pior do que isso: vozes discordantes elevaram-se no seio da própria burguesia. Não só se manifestam contra o confisco dos salários, como chegam a dar razão à greve geral.

Burgueses dissonantes

Exemplo expressivo é o do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, apoiador de Ronaldo Caiado da UDR. Ele declarou, em resumo, que grande parte dos industriais ganhou uma dinheirama com o reajuste dos preços (a velha remarcação, nossa conhecida) antes do congelamento. Portanto, alega Azevedo, podem pagar a reposição salarial sem aumentar preços. Ele acha ou parece ter chegado à conclusão de que, no momento, os capitalistas têm que ser prudentes e cautelosos.

A maior interessada no argumento, na realidade uma confissão de culpa, é a burguesia comercial em desavença

com os industriais por causa de preços e repartição da mais-valia entre os dois setores de capitalistas. Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio, acusa os industriais de "retrogrados e obscurantistas" sequeiros de "dinheiro rápido". Os industriais prometem retrucar. Muitas verdades aparecem nessas acusações recíprocas.

Outro exemplo é o do banqueiro José Eduardo Andrade Vieira (Bamerindus) que fez declarações favoráveis à greve geral.

Desencontro no Planalto. Desentendimento no seio da grande burguesia. Eles sentiram o impacto.

Política, sim senhores

A nova alegação para condenar a greve geral é por ela ser política. Isto é quase um grito de desespero. Pois ninguém, nunca, em momento algum, escondeu ou disfarçou o caráter e o conteúdo político da greve. Protesto de dezenas de milhões contra a política econômica do governo, manifestação gigantesca contra o poder central da República, acusação franca e aberta de roubo dos salários através do Plano Ladrão — tudo isto é política. E não pode ser outra coisa senão política.

Levantada contra a greve geral, essa acusação soa contra o governo, pois revela a intenção de castrar politicamente o movimento operário. Tudo isso leva água ao moinho da candidatura Lula, cujo potencial eleitoral só faz aumentar. Qual foi a posição dos partidos ante a greve? Não basta criticar o Plano Verão com belos discursos. É preciso lutar contra ele, organizar a resistência. E não ficar atacando a CUT e o PT como fazem certos candidatos afoitos e assustados.

Prefeitos petistas

Outro "argumento" oficial e patronal contra a greve diz que ela só existiu como consequência da paralisação dos transportes, o que teria sido estimulado pelas administrações municipais petistas. Duas tolices somadas e ao quadrado.

Primeiro, porque houve greve dos transportes em municípios, como o do Rio de Janeiro, não governados pelo PT. Os transportes coletivos pararam de norte a sul, em todo o país. Por acaso querem acorrentar os trabalhadores do setor e negar-lhes o direito de greve? Os jornais informam que a loquaz sra. Dorotheia, do ministério do Trabalho, está tratando disso. É uma boa credencial para quem pretende ressuscitar o defunto pacto social.

Além disso, mesmo na capital paulista, em áreas servidas por trem e metrô (que não entraram em greve) grandes fábricas de multinacionais pararam. Nem o transporte das próprias empresas funcionou pela simples falta de passageiros. Os trabalhadores estavam em greve.

Em segundo lugar, prefeito do PT é mesmo para apoiar a greve e não para reprimi-la ou furar a parede: os capitalistas estão irritados porque viram que não podem corromper os petistas eleitos com as mordomias governamentais. Olivio Dutra piqueteiro, Erundina recusando botar polícia no lugar de motoristas e trocadores nos ônibus, Buaiz enfrentando fisicamente a violência policial são a expressão limpa das transformações iniciadas com as recentes vitórias do PT. O PT exercerá o governo a favor do povo. E se a máquina do Estado não servir para isso, pior para ela. Será preciso su-

stituí-la por outra, mais adequada aos novos tempos.

Novo peleguismo

Outra arma para combater a greve e miná-la foi a administração Antonio Medeiros, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. As calúnias contra a greve geral chocavam e contrastavam com a louvação descarada às greves isoladas e parciais do senhor Medeiros, ternamente elogiado pelo patrão Mario Amato, presidente da Fiesp, como antes fora louvaminhado pelo presidencial Leonel Brizola.

Que fez de tão útil e proveitoso para os capitalistas o diligente Medeiros, que se recusou a participar do comando geral da greve como figura da CGT? Ora, deu uma alternativa para a burguesia.

Em lugar da unidade dos trabalhadores e concentração de força na greve geral, sua tática é isolar os operários fábrica por fábrica, cada um no seu poleiro, quanto mais picadinho melhor. Esse guisado de greves isoladas só serve para dissolver as forças dos trabalhadores e só pode acabar deixando-os indefesos ante nova ofensiva patronal. As migalhas de hoje serão tomadas e negadas amanhã. Medeiros valeu-se da força da greve geral, a qual negou colaboração, para aumentar o número de pequenos acordos parciais. Fingiu apoio, mas foi, de fato, um parasita da greve geral. Os resultados que ostenta são falsos. Na realidade, baixou o patamar da reposição salarial de, no mínimo 40%, para, no máximo, 29%. Foi um bom negócio para os patrões assustados com a greve geral.

É preciso explicar pacientemente aos metalúrgicos de São Paulo que eles estão sendo empunhados por Medeiros. Isolados, eles estão se enfraquecendo e abrindo o flanco aos golpes dos patrões. Ao contrário, sua força se multiplicará se eles se unirem a todos os demais trabalhadores sob a bandeira da CUT, a começar pela união com seus irmãos metalúrgicos do ABC.

Nesta segunda fase da batalha, o próprio governo acabou se desmentindo, quando foi forçado a acenar com o reconhecimento das perdas salariais, o que antes negava. A Fiesp, por sua vez, decide reconsiderar a negativa anterior de pagar a reposição salarial. Estão sendo acuados a reconhecer as razões da greve geral. Isto mostra quem ganhou a greve.

A dialética de ascensão da greve

Analisar, corrigir deficiências, conjugar a ousadia com o espírito metucioso do artesão: uma nova greve geral já desponta no horizonte.

O movimento classista e independente assume, agora, a responsabilidade de elaborar e transmitir rapidamente os ensinamentos da rica experiência deste memorável embate de classe. Tem que cumprir esta tarefa porque precisa deste aprendizado, já que a luta continua e promete ser mais aguda e renhida. Pode-se esperar que a burguesia também tenha tirado suas conclusões e volte à carga com raiva e ódio.

Esta discussão tem que ser feita em plena marcha. Não dá para parar para pensar, nem é possível aos trabalhadores fazer um retiro espiritual para meditação sobre a greve geral. Tudo tem que ser pensado em combate.

O econômico e o político

A primeira lição da greve geral é a mobilização das mais amplas massas através das reivindicações econômicas elementares. Para ser verdadeiramente geral, a greve tem que atingir e sensibilizar, inspirar entusiasmo e ganhar o apoio de novas levas de trabalhadores sem experiência, não politizados e que se dispõem a enfrentar um verdadeiro batismo de fogo.

Mas, sendo geral, a greve se torna inevitavelmente política, isto é, leva a classe operária a um nível mais alto de consciência e ação. Os meios mais simples, as reivindicações econômicas elementares, levam diretamente aos patamares superiores da luta de classes. Esta é a dialética da greve geral.

Direções intermediárias

As lideranças sindicais mais responsáveis e os dirigentes operários de maior sensibilidade política refletem e discutem sobre uma constatação feita no calor da luta. Pergunta-se: por que, apesar da melhor boa vontade e dedicação gerais, a greve só ganhou um impulso decisivo nos últimos dez ou quinze dias de preparação?

Parece claro que foram detectados sinais de insegurança, de falta de confiança na viabilidade da greve e numa resposta satisfatória das massas. O aranco final foi cheio de energia e vitalidade. Mas houve uma relativa demora para o deslanche da grande mobilização. Por que?

A resposta que está pintando mais razoável se apóia em dois fatos. Um é conjuntural e se refere à experiência negativa da tentativa anterior de greve geral em agosto de 1987. O outro é estrutural e se refere aos problemas de construção da CUT e dos próprios sin-



Amplas massas e reivindicações econômicas elementares: o "batismo de fogo"

dicatos, que necessitam ampliar e melhorar sua estrutura de base — mais delegacias sindicais, organização nos locais de trabalho — para se colocar à altura das lutas que vêm aí. Isto está diretamente relacionado com a preparação em número suficiente de competentes dirigentes intermediários.

Por zelo e senso de responsabilidade, tateando para evitar erros, o trabalho de preparação da greve, teve a tendência de ser muito comedida e cautelosa. Isto poderia significar falta de preparação política. Pois, afinal de contas, a situação agora é muito diferente e muito para melhor. A chave da questão parece estar na falta de um número satisfatório de dirigentes intermediários, pois o comando de uma greve desta envergadura não se limita nem pode ficar reduzido aos quatorze membros do comando geral.

Poucos dirigentes intermediários — são eles que transmitem e ajustam a cada situação concreta a orientação e as diretivas, são eles que trazem de volta para o comando central a resposta e a experiência viva das massas — significa gente sobrecarregada de trabalho, atuando às carreiras, sem atender, como poderia fazê-lo, uma porção de áreas e setores.

O balanço da greve indica a necessidade de acelerar e ampliar a formação de dirigentes sindicais intermediários, o que será também uma garantia de renovação e rejuvenescimento da direção sindical em geral.

Espontaneísmo

Uma outra observação crítica chama a atenção para o caráter em grande medida espontâneo do apoio popular à greve. Não foi organizado, preparado

e alimentado por um trabalho sistemático feito a tempo para poiar e sustentar os trabalhadores num duro enfrentamento com o governo. Foi prova de insuficiente e insatisfatório envolvimento do PT na grande luta contra o Plano Verão, embate político de viva atualidade e urgência.

As direções partidárias de todos os níveis adotaram em geral o cómodo caminho de encaminhar tudo para orientação direta da CUT. Esta prática defeituosa reflete uma subestimação política da luta sindical, o que explica também o insuficiente empenho na politização das jovens lideranças emergentes no seio do movimento operário.

Ação e perspectiva

A experiência feita é estimulante e inspiradora. A resposta dos trabalhadores superou as melhores expectativas, da mesma forma e em igual medida com que as massas surpreenderam

as direções nas últimas eleições municipais.

Portanto, cabe ousar e há fundamento para confiar na disposição e compreensão do povo e dos trabalhadores. É este o clima de responsabilidade e seriedade que a greve geral consolidou e enraizou no seio das direções sindicais e políticas.

A perspectiva indica a possibilidade real de uma grande vaga de greves por categoria, contagiando empresas isoladas bem como categorias inteiras.

As reivindicações salariais da classe operária se relacionam cada vez mais claramente com a luta pelo não-pagamento da dívida externa. O governo capitalista está cada vez mais enredado na dívida, num verdadeiro círculo vicioso. Por mais voltas que dêem, acabam é pedindo mais empréstimos, aumentando a dívida em vez de libertar-se dela. A burguesia está se revelando impotente e incapaz de resolver o problema da dívida. E tende a escorchar cada vez mais a classe operária, para pagar juros e dividendos.

Esta situação explosiva já está sendo indicada na continuação de numerosas e importantes paralisações que se mantêm e perduram em continuação à greve geral, em vários estados. Várias e combativas categorias têm data-base em abril e maio próximos. É praticamente inevitável a irrupção de greves na segunda quinzena de abril e na primeira metade de maio. É para essa mesma época que está previsto o descongelamento de preços, que já começou. A inflação pode desembestar de novo.

O Primeiro de Maio de 1989 promete ser vibrante e intenso, aquecido por grandes e vigorosas lutas. É preciso assimilar os ensinamentos desta greve geral porque a próxima desponta no horizonte.

EM TEMPO

Uma publicação da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado. **Jornalista Responsável:** Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769. **EM TEMPO:** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57, Pinheiros, São Paulo, SP. CEP 05414. Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618. LOJA 4. Bonfim. CEP 90210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20031.



Chile 1970-73

A história de uma ilusão

A reconstituição dos fatos, dos desafios e dos grandes debates estratégicos que marcaram a experiência da Unidade Popular.

Juarez Guimarães



Allende: a utopia generosa de uma revolução sem traumas

Há fortes razões para lembrar, estudar e debater a experiência da Unidade Popular chilena.

Ela foi marcada por um campo de problemas estratégicos que têm profunda semelhança com os desafios que hoje o PT enfrenta. Desafios que se relacionam com o tema central: como integrar o avanço do movimento operário sobre as instituições do Estado burguês — parlamento, prefeituras, governos estadual e federal — numa estratégia revolucionária de massas de luta pelo socialismo?

O destino trágico do governo Allende — o assassinato de 20 a 30 mil militantes e a supressão brutal das tradições organizativas e conquistas de um dos setores mais combativos do proletariado latino-americano — impõe logicamente que prevaleça uma visão crítica da experiência da Unidade Popular.

O erro central que os companheiros chilenos cometeram foi o de ter ilusões em relação ao Estado burguês, o de supor que seria possível hegemonizá-lo por dentro e utilizá-lo plenamente para a construção do socialismo. O de sonhar que seria possível vencer o domínio burguês através da via pacífica, driblando o momento de uma confrontação.

Apesar das ilusões que predominavam na maioria da direção da Unidade Popular, esta experiência foi um dos momentos mais altos de radicalização do movimento popular na América Latina. A experiência da Unidade Popular é uma fonte inesgotável de exemplos, idéias e ensinamentos.

Industrializado e dependente

O Chile em 1970 era um país relativamente industrializado e predominantemente urbano. A ocupação na agricultura representava somente 22% do total e a participação da agricultura no produto total alcançava apenas 8,7%.

O setor da indústria e construção participava em 1970 com 24,7% do emprego e contribuía com 28,6% do produto nacional. No Chile não havia como no Brasil um parque industrial mais moderno e de grandes unidades.

O setor de serviços ocupava 48% da população economicamente ativa. Daí o grande peso político e social da pequena burguesia urbana e dos assalariados deste setor nos rumos do país.

A economia chilena era profundamente dependente do exterior: 80% da receita do comércio externo vinha da exportação do cobre, em sua maior parte para os EUA; 50% das indústrias eram controladas pelo capital estrangeiro; a dívida externa em 1970 equivalia a três anos de exportação; o país importava um terço de seu consumo agrícola. O imperialismo saberia tirar proveito de cada um destes pontos vulneráveis para desestabilizar o governo Allende.

O campo chileno era dominado pelos latifúndios: 1,3% das explorações controlavam 72,7% da superfície agrícola. A luta contra esta absurda concentração fundiária seria um dos principais fatores de mobilização popular no Chile.

Tradição constitucional

Outra característica marcante do Chile seria a sua tradição constitucional, o fato de que, ao contrário da maioria dos países da América Latina, o regime republicano não ter sido seguidamente golpeado ao longo da história. Com exceção de um breve período na década de vinte e trinta, houve uma continuidade constitucional de 1938 a 1973.

A constituição em vigor quando Allende subiu ao governo era, em grandes linhas, a promulgada em 1925. A influência precoce do socialismo e do populismo nas Forças Armadas, havia levado as classes dominantes chilenas a optarem por profissionalizá-la, mantendo-a à parte da vida política do país.

Esta tradição constitucional teria um enorme peso na disseminação de ilusões na vanguarda da Unidade Popular, em seu projeto de uma via chilena pacífica para o socialismo. E dificultaria, por outro lado, a armação de um golpe militar: apenas no terceiro ano e após vários fracassos, as classes dominantes chilenas conseguiram a adesão plena das Forças Armadas ao golpe.

Ao contrário do Brasil, os partidos burgueses no Chile tinham uma estrutura e continuidade. O Partido Nacional, de direita e organicamente burguês, seria um dos centros de articulação do golpe.

O Partido Democrata Cristão, fundado em 1957, tinha vasta influência nos setores médios e também em setores populares e havia chegado ao governo, com uma plataforma desenvolvimentista, em 1964 com Eduardo Frei. Era um partido com base social pluriclassista: dominava 26% da CUT. Ocupava 40% do Congresso Nacional, polarizava 30% do eleitorado e hegemonizava cinco das oito universidades chilenas. Durante o processo, o PDC seria crescentemente dominado por seus setores de direita.

PC, PS e MIR

Ao contrário do Brasil e da Argentina, o populismo nunca conseguiu estabelecer uma influência importante no movimento operário chileno.

O PC chileno datava da fundação da III Internacional e passaria, na lógica da estalinização que viveu a Internacional, por consolidar um perfil reformista, centrado na idéia da revolução por etapas, na aliança prioritária com setores progressistas da burguesia. Em

1970, possuía 21 deputados e cinco senadores no Congresso; era o partido majoritário na CUT (31%) e ocupava a sua presidência.

O PS chileno não pode ser equiparado à social-democracia. Apesar de haver uma distância importante entre o seu programa e sua realidade partidária, ele tinha em geral posições à esquerda do PC. Era um partido bastante heterogêneo: prevaleciam no interior do partido as posições à esquerda, mas o setor de Allende mais reformista tinha seu peso naturalmente aumentado.

O Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) teve origem em 1965, polarizado pelo ideário da revolução cubana e pela alternativa guerrilheirista. Com cerca de três mil militantes, com pequeníssimo peso no movimento sindical e sem expressão parlamentar em nível federal, o MIR concentrava o seu trabalho nos bairros, no campo e no movimento estudantil. Estava fora da Unidade Popular.

O desafio da unidade

A eleição de Allende em setembro de 1970 ocorreu após longos anos de ascenso do movimento operário e popular no Chile, iniciado a partir da dinâmica unitária com a fundação da CUT e a apresentação de candidaturas comuns pelo PC e PS nas eleições presidenciais de 1958 e 1964. De 1964 a 1970, o número de sindicalizados nas cidades mais do que dobrou. O número de grevistas aumentou de 356 mil em 1964 a 502 mil em 1970.

A frente de partidos e correntes que tomou o nome de Unidade Popular surge no interior deste processo de ascenso em 1969, com a atração do pequeno Partido Radical (social-democrata e que explodiria em três nos anos seguintes) e o Movimento de Ação Popular Unitária (pequena dissidência da juventude da Democracia Cristã). Nasce assentada em três documentos: um programa básico de governo popular, um pacto de unidade e um acordo sobre a conduta e o estilo da campanha.

Mas o problema de uma hegemonia política na vanguarda e da unidade partidária se tornaria cada vez mais grave à medida da radicalização da luta de classes. Os mais de dez mil comitês unitários de base da Unidade Popular formados na campanha que elegeu Allende foram dissolvidos após a posse. Cada partido ou corrente conservou suas estruturas próprias. Um esforço para formar uma estrutura unitária da UP em 1972 já esbarrou nas posições muito diferentes do PC e da maioria do PS.

Esta é provavelmente a maior vantagem de que dispomos hoje no Brasil: a possibilidade de que uma hegemonia revolucionária, unitária e democrática se firme no PT antes dos momentos mais decisivos.

O debate estratégico na experiência chilena

A relação com a legalidade, a construção do poder popular, o desafio da economia, a controvérsia das alianças e a candente questão militar: cinco temas no grande debate sobre a construção do socialismo no Chile.

Podemos delinear três grandes linhas estratégicas no campo do movimento operário — popular chileno.

A primeira delas — que veio a prevalecer no interior da Unidade Popular — é a estratégia da via pacífica para a construção do socialismo. O deslocamento do poder burguês se daria por via institucional, apoiado na força de massas da Unidade Popular. Era a estratégia defendida por um setor do PS (inclusive e sobretudo por Allende), pelo PC e pelo Partido Radical.

A partir do objetivo de evitar a todo custo um enfrentamento com as classes dominantes ou uma crise institucional, este setor acabou imprimindo ao governo Allende uma dinâmica que significava de fato uma viragem à direita em relação ao programa original da Unidade Popular.

A segunda estratégia — que prevalecia no interior do PS e cuja máxima expressão era o secretário-geral Carlos Altamirano — era a criação da dualidade de poder no interior do Estado. Prevendo a inevitabilidade de uma confrontação, este setor defendia a ideia de um poder popular nascido da soma dos organismos de massa com a ocupação de posições na institucionalidade. A sua maior fraqueza foi a de não definir com clareza o centro de gravidade da acumulação de forças nos órgãos de massa, tendendo a subordinar estes órgãos à dinâmica do governo Allende.

A terceira estratégia — defendida pelo Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) — era da guerra popular prolongada. Não era uma concepção ingenuamente foquista: combinava um certo trabalho de enraizamento partidário nos bairros populares, na juventude com a preparação de condições para desencadear a guerrilha no campo. Fora do centro do movimento operário, fora da Unidade Popular, trabalhando com uma hipótese estratégica central inadequada ao contexto político e social do Chile, o MIR não conseguiria criar uma alternativa à esquerda dos setores reformistas prevalentes no interior da Unidade Popular.

A relação com o Estado burguês

O programa da Unidade Popular, aprovado em 17 de dezembro de 1969, afirmava: (...) “Através de um processo de democratização em todos os níveis e de uma mobilização organizada das massas se construíra desde a base a nova estrutura do poder.

“Uma nova constituição política institucionalizará a incorporação massiva do povo ao poder estatal. Será criada uma organização única do Estado estruturada em nível nacional, regional e local, que terá a Assembléia do Povo

como órgão superior do poder.” A Assembléia do Povo será a Câmara única que expressará nacionalmente a soberania popular... Este sistema permitirá suprimir pela raiz os vícios de que infestaram o Chile tanto o presidencialismo ditatorial como o parlamentarismo corrompido”.

Este programa democrático radical, no entanto, ficaria no papel. Em abril de 1971, no auge da popularidade e expressão eleitoral da Unidade Popular, o PS proporia a realização de um referendo constitucional sobre a reorganização do Estado, de modo a quebrar o cerco que o Legislativo já fazia ao governo Allende. A proposta, no entanto, não seria adotada.

Ao não por em movimento uma luta aberta e de massas contra as estruturas do Estado burguês, a Unidade Popular se impôs de antemão a derrota no processo de construção de uma hegemonia no campo democrático. Passou à incômoda e insolúvel posição de defender a legalidade burguesa, crescentemente contestada pela própria burguesia. Esta limitação da Unidade Popular no campo democrático semeou a contradição em todos os campos de sua atividade.

O problema do poder popular

O ascenso do movimento popular chileno levou à criação de inúmeras formas de auto-organização que, no entanto, não conseguiram se centralizar e constituir a estrutura de um poder popular, alternativa ao Estado burguês.

A primeira experiência de auto-organização importante foram os 14 a 15 mil comitês de base da Unidade Popular, formados durante a campanha eleitoral. Após as eleições, eles tenderam a se esvaziar, voltando os militantes ao leito de seus respectivos partidos.

O número de sindicatos agrícolas passou de 24 em 1964 a 580 em 1980; o número de filiados no campo elevou-se de 1.658 a 143.142 nos mesmos anos. Além disso, os sindicatos pressionavam para que se ampliase a reforma agrária mediante as “tomadas” de terras, que de 9 em 1967 chegaram a alcançar 332 em 1970. Com o avanço da reforma agrária, formaram-se os conselhos comunais camponeses destinados a organizar a produção nas novas terras.

A radicalização do movimento operário urbano se manifestou principalmente nas greves de ocupação e de expropriação de fábricas em reação ao boicote e lock-out.

Para impulsionar as nacionalizações na indústria, a Unidade Popular utilizou, em grande medida, o decreto-lei 520, de 30 de agosto de 1932, que permitia em determinadas circunstâncias a requisição ou a intervenção em empresas industriais. A causa mais relevante prevista para a intervenção era a cessa-

ção das atividades próprias da indústria. Assim, uma greve com ocupação de fábrica e a demanda de estatização proposta pela maioria absoluta de trabalhadores proporcionavam o pretexto legal para a intervenção ou requisição da empresa.

O impulso na base do movimento operário levou a que o processo de nacionalizações ultrapassasse em muito as 90 previstas pelo governo Allende. Após a greve geral em reação ao frustrado golpe militar de 29 de junho de 1973, estimava-se que o Estado já controlava em torno de 300 empresas.

As Juntas de Abastecimento e Preço (JAPs), formadas por iniciativa do governo Allende, compunham-se de comitês populares de bairro e voltavam-se para o esforço de distribuição de víveres e de controle de preços. A partir do final da crise de outubro de 1972, quando o governo Allende diminuiu a pressão sobre os empresários do comércio, as JAPs foram perdendo o seu dinamismo.

Os comandos comunais eram as estruturas privilegiadas pelo MIR e agrupavam vários organismos: sindicatos, juntas de abastecimento, associações de moradores etc. De caráter local, funcionavam como uma coordenadora de organismos populares.

Os chamados cordões industriais, surgiram na experiência de greve geral e ocupação de fábricas de outubro de 1972. Promovidos inicialmente pelo MIR e outros grupos de esquerda, os cordões industriais tiveram o apoio do Partido Socialista, do MAPU que viam neles embriões de poder popular. Até o PC teve que se acomodar a estes órgãos, mas pressionando para que eles fossem subordinados à CUT e tivessem um caráter estritamente sindical.

Todos estes organismos populares, estas formas de auto-organização que ultrapassaram o caráter corporativo, em maior ou menor medida formavam de fato embriões de poder popular. No entanto, apenas em algumas regiões, como em Concepción, ou em alguns poucos momentos eles chegaram a se unificar. O limite para isso era exatamente a política prevalente na Unidade Popular de subordiná-los à institucionalidade burguesa.

O desafio da economia

A Unidade Popular chegou ao governo do Chile em meio a um período de recessão da economia. Havia capacidade ociosa na indústria de cerca de 40%, estoques de bens finais e intermediários e disponibilidade de reservas de divisas. Através da elevação dos salários e do aumento da despesa pública em 1971 de mais de 43%, o governo Allende, alcançou no primeiro ano de governo 8,3% de crescimento do PIB (14,2% de crescimento industrial). Já neste primeiro ano, porém, começaram a se manifestar fenômenos de mercado



Manifestação do MIR: pressão para a esquerda

negro e de fuga de capitais.

O Estado chileno, tradicionalmente bastante interventor na economia, detinha o controle quase pleno da indústria de base, da indústria de bens

intermediários, mas tinha uma fraca participação na indústria de bens de consumo. Ao fim de 1972, tinha o controle de 96% dos depósitos bancários, embora a burguesia tenha

sempre impedido a criação de um banco nacional.

Foi no contexto já de muita turbulência, em meados de 1972, que se travou o grande

debate sobre economia nas fileiras da Unidade Popular.

O ministro do PS, Pedro Buskovic, coerente com uma linha de radicalização política, propunha a ampliação do setor da economia sob controle social, a imposição de maiores tributos à burguesia, o uso dirigido de uma política de preços penalizando os setores monopolistas e a suspensão do pagamento da dívida externa.

Orlando Millas (economista do PC) e Carlos Matus (da ala moderada do PS) propunham a rígida demarcação e limitação do processo de nacionalizações e uma série de medidas voltadas para restabelecer a confiança da burguesia e a retomada dos investimentos paralisados.

Foi esta segunda linha que acabou prevalecendo no interior da Unidade Popular e que se revelou impotente diante do quadro agudo de luta de classes no Chile.

A experiência da Unidade Popular mostra que, apesar das enormes possibilidades de utilização das instituições burguesas para atacar o grande capital na prática, é inteiramente impossível uma planificação não-capitalista antes da destruição do Estado burguês. Mostra também as dificuldades de se conseguir aplicar uma política coerente de elevação do consumo das massas em um momento em que os capitalistas detêm ainda o controle dos investimentos em setores estratégicos.

A controvérsia das alianças

Os PCs centraram o balanço da experiência da Unidade Popular na crítica ao “esquerdismo” e, principalmente, na insistência sobre a necessidade de uma aliança com a Democracia Cristã.

O debate é longamente abordado no livro *Dialética de uma derrota*, de Carlos Altamirano. O livro mostra uma a uma todas as tentativas frustradas de acordos parciais ou pontuais feitas com a DC desde o final de 1971. E mostra como o corpo político da DC

— em particular, a sua direção — era visceralmente golpista.

Em abril de 1975, quando o caráter fascista do governo Pinochet era já evidente, o presidente da DC, Patricio Aylwin, formulou ao plenário do partido uma consulta sobre as alternativas de ação frente à ditadura Pinochet. Apenas 3,03% manifestaram-se a favor de um entendimento com o PC e o PS.

Assim, tudo indica que a ideia de uma aliança com a DC, em seu conjunto e com seu corpo dirigente, não passava de mais uma ilusão disseminada pelo PC.

Reconhecendo a crítica de Altamirano, o problema resta ainda por ser resolvido. De fato, a Unidade Popular não conseguiu ao longo dos três anos aumentar a sua influência eleitoral nos setores médios (ela se manteve estável em torno de um terço). E pior: a DC conseguiu mudar o seu perfil — de um desenvolvimento levemente reformista para um viés antipopular e golpista — sem perder bases sociais.

A principal razão deste fracasso da Unidade Popular em constituir uma hegemonia em setores mais amplos das classes médias reside centralmente nas suas próprias ambigüidades. Certamente influíram também outros fatores como a ausência de uma política dirigida aos pequenos proprietários da cidade e do campo (que foram polarizados pelo grande capital) e também dificuldade de travar o debate ideológico com a burguesia que dominava os principais meios de comunicação do país.

A questão militar

Foi no terreno militar onde se manifestaram as ilusões mais perigosas e os erros mais profundos da Unidade Popular.

A opção implementada desde o início foi a de apostar no apego à legalidade e no profissionalismo das Forças Armadas. No auge da crise, esta opção

foi aprofundada no sentido de introduzir as Forças Armadas no governo, realçando a sua condição de árbitro do processo, com concessões sucessivas aos setores golpistas no intuito de garantir a todo custo a unidade da corporação.

Esta opção permitiu que os golpistas consolidassem passo a passo suas posições nas Forças Armadas. O oficialato constitucionalista foi pressionado por dentro e por fora: o general legalista Schneider, comandante do Exército, já havia sido assassinado em 1970; o general Pratts, comandante-chefe do Exército, e os generais Pickering e Sepúlveda foram forçados à demissão, após o golpe militar fracassado de 29 de junho de 1973 (apesar de terem sido pontas de contenção do golpe); marinheiros foram torturados e processados por denunciarem articulações golpistas na Marinha nos meses que precederam ao golpe; 60 oficiais e suboficiais da Aeronáutica foram presos e processados após o golpe militar vitorioso desferido por Pinochet.

Em seus escritos sobre o problema militar no Chile, carregados com um forte tom autocrítico, Carlos Altamirano realça as várias possibilidades legais não aproveitadas pelo governo Allende para dificultar o caminho do golpe.

Pela Constituição chilena, o presidente podia pedir a reforma do Corpo de Generais, individualmente ou em conjunto, sempre que achasse oportuno. Podia, através de Junta de Qualificações, exonerar oficiais superiores. Havia ainda a possibilidade legal de organizar salvaguardas armadas, paralelas às Forças Armadas, fato ocorrido inclusive em anteriores experiências burguesas de governo.

Uma política diversa do governo da Unidade Popular em relação às Forças Armadas — controlando diretamente o seu mecanismo de promoções e subordinando-as mais diretamente ao controle social — aliada à adoção de medidas para armar o povo teriam criado outras condições para a resistência.

Cronologia

1953 — Funda-se a Central Única dos Trabalhadores chilenos.

1956 — Formo-se a Frente de Ação Popular, aliança política entre o PC e o PS que consolida a dinâmica unitária no movimento operário.

1969 — Formo-se a Unidade Popular. 4/9/70 — Vitória da Unidade Popular, com a candidatura Allende, nas eleições presidenciais: Unidade Popular = 36,2% dos votos; Partido Nacional = 34,8% e Democracia Cristã = 27,8%.

Setembro/Outubro — O imperialismo e setores das Forças Armadas desencadeiam uma operação visando impedir a posse de Allende.

15 de outubro — Para confirmar Allende no Congresso, os partidos burgueses majoritários no Parlamento (UP = 57 deputados e 23 senadores; DC = 55 deputados e 20 senadores; Partido Nacional = 34 deputados e 5 senadores) exigem o reconhecimento do “Estatuto de Garantias”.

5 de novembro — No discurso de posse no Estádio Nacional, Allende exalta a especificidade da via chilena para o socialismo “sem a trágica experiência da guerra fratricida”.

1971

É o “ano de ouro” da Unidade Popular: o crescimento de 8,3% do PIB coincide com ofensiva eleitoral e de mobilização do movimento operário.

4 de abril de 1971 — Nas eleições municipais, a Unidade Popular obtém 50,2% dos votos, contra 27% conferidos à DC e 20% ao Partido Nacional.

21 de maio — Allende em mensagem ao Congresso Nacional declara que o Chile “era a primeira nação da terra que iria dar forma ao segundo modelo de transição para a sociedade socialista”. O primeiro modelo seria o da revolução russa de 1917.

8 de junho — Assassinato do ex-ministro da DC, Perez Zujovic, fornece o pretexto para aproximação entre a DC e o PN. Allende decreta estado de sítio em Santiago.

novembro — Fidel Castro visita o Chile.

1º de dezembro — Manifestação de massas da di-

reita em Santiago, convocada por uma entidade de mulheres burguesas, marca o início da ofensiva da mobilização da contra-revolução.

1972

É um ano de “empate”: o PIB cresce ainda em 3,0% mas a turbulência econômica já domina o cenário; a direita começa a se unificar e toma iniciativas globais, mas o movimento operário resiste e se radicaliza.

janeiro — Primeira aliança eleitoral entre a DC e o PN em dois distritos. No Parlamento, DC e PN destituem o ministro do Interior, da Unidade Popular.

19 de fevereiro — A DC e o PN aprovam no Parlamento legislação com o objetivo de conter o processo de nacionalização da economia.

março — Falha nova tentativa de desestabilização organizada pela ITT. O plenário de Algarrobo do PS discute a inevitabilidade de uma confrontação.

maio — Eleições para o Conselho geral da CUT: UP = 66% (PC = 30,89%; PS = 26,44%; MAPU = 4,63%; P. Radical = 3,91%); DC = 26,33%; MIR = 1,81%.

junho — Formo-se a Confederação Democrática, organização de frente única da burguesia.

agosto — Nova destituição pelo Parlamento, controlado pela DC e PN, do ministro do Interior.

agosto — Greve dos caminhoneiros, organizada e financiada pela direita.

4 de setembro — Greve geral de um dia em apoio ao governo da Unidade Popular.

outubro — Lock-out generalizado, visando a criar condições para um golpe militar. Durante 26 dias, os trabalhadores chilenos ocupam as fábricas, organizam a distribuição. Formam-se os “cordões industriais” em Santiago, Concepción e Valparaíso. A crise se conclui através de um acordo entre Allende e a DC, absorvendo a participação de comandantes militares no governo.

dezembro — Tem início a conspiração de cinco generais, cinco almirantes e cinco brigadeiros que iria culminar no golpe militar de setembro de 1973.



Dias inesquecíveis de festa em Santiago: Allende toma posse



A defesa do Estado

O arsenal de guerra que o imperialismo e a burguesia chilena colocaram em movimento para massacrar a Unidade Popular.

A consciência classista nítida da burguesia em relação ao Estado, a vanguarda da Unidade Popular respondeu com ilusões. Em seu discurso de posse de 5 de novembro de 1970 no Estádio Nacional, Allende diria: "Eu sei que esta palavra Estado infunde certa apreensão. Abusou-se muito dela e, em muitos casos, ela é usada para desprestigiar um sistema social justo. Não tenham medo da palavra "Estado" porque dentro do Estado, no Governo Popular, estão vocês, estamos todos. Juntos devemos aperfeiçoá-lo para fazê-lo eficiente, moderno, revolucionário, mas, entenda-se bem que eu disse justo e isto é precisamente o que eu quero reafirmar."

Desde o início, as classes dominantes chilenas adotaram a estratégia de combinar a exigência do estrito cumprimento das leis pela Unidade Popular ao mesmo tempo em que conspiravam por fora do quadro institucional.

Para que o Congresso confirmasse e desse posse a Allende, foi exigida à Unidade Popular que ela cumprisse o "Estatuto de Garantias" que determinava: o respeito ao Estado de direito, aos poderes executivo, judiciário e legislativo sem fazer intervir o "poder popular"; o respeito à autoridade e hierarquia das Forças Armadas; o princípio da inamovibilidade dos funcionários do governo contratados pela Democracia Cristã no período anterior; o compromisso de que maiores mudanças nos meios de comunicação de massa deveriam ser votados pelo Parlamento, onde os partidos burgueses eram majoritários.

Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado americano, multinacionais como a ITT e setores das Forças Armadas chilenas conspiravam para evitar a posse de Allende. O plano era provocar um colapso econômico — via fuga maciça de capitais e outros esquemas — ou armar uma provocação que justificasse a intervenção das Forças Armadas. As condições, porém, não estavam dadas para o golpe.

O cerco por dentro e por fora da legalidade ao governo Allende foi sendo crescentemente montado até o 11 de setembro de 1973.

Legislativo e judiciário

Na medida em que a Unidade Popular controlava o executivo, as classes dominantes chilenas transformaram o Legislativo e o Judiciário em trincheiras de defesa de seus privilégios e pontos de apoio para desestabilizar o governo Allende.

O Chile não era um país de regime parlamentarista. A burguesia chilena, no entanto, utilizando uma interpretação abusiva do texto constitucional, passou a destituir ministros e prefeitos da Unidade Popular. Ao todo foram seis ministros e três prefeitos da UP destituídos.

A maioria parlamentar da DC e PN foi também utilizada para travar a política econômica de Allende: vetos orçamentários e a leis de reforma tributária provocando um déficit crônico do Estado; uma lei regulamentando e restringindo o âmbito das nacionalizações. E para armar a trilha do golpe: com a "lei de controle de armas" e a votação da ilegitimidade do governo (ver cronologia) às vésperas do golpe.

A medida em que iam crescendo os conflitos entre o executivo e o legislativo, instaurou-se uma verdadeira guerra de interpretação constitucional com o papel de árbitro cabendo ao Judiciário. Um dos poderes mais reacionários do Estado, o Judiciário, garantiu que a maioria dos processos e pendências importantes fosse julgado contra a Unidade Popular.

Burguesia mobiliza

Ao mesmo tempo em que a Unidade Popular ia afundando no campo minado da institucionalidade, as classes dominantes chilenas desencadearam um vasto processo de mobilização.

Uma verdadeira "guerra da notícia" foi desencadeada contra o governo Allende. Um estudo sobre a primeira página do principal jornal da direita chilena, *El Mercurio*, para os meses de setembro de 1971 a abril de 1972 mostra o seguinte quadro: 82 artigos sobre pseudo-ações de extrema-esquerda; 62 acusações de violação da legalidade; 121 sobre a desordem econômica e social; 47 sobre a desordem pública e 10 referências à necessidade de intervenção das Forças Armadas.

Através de uma ampla campanha, os grandes empresários conseguiram constituir uma "frente única de classe", aglutinando os pequenos e médios empresários na Frente Nacional da Área Privada (Frenap). No campo, para se proteger do avanço da reforma agrária os latifundiários responderam com a violência, a divisão de suas terras, transferência de gado e desorganização da produção agrícola.

A partir do final de 1971, a burguesia começou a utilizar o seu poder material para estrangular a economia do país: especulação, mercado negro, lock-outs e, o que é mais importante,

cessação dos investimentos. A maré montante do boicote econômico imposto pela burguesia culminou no lock-out nacional de outubro de 1972.

A mobilização dos setores médios pela direita teve início em 1º de dezembro de 1971, com uma manifestação em Santiago convocada por uma entidade conservadora de mulheres. A influência da DC em alguns setores operários seria utilizada até para a realização de uma greve contra o governo da Unidade Popular pelos trabalhadores da mina de El Teniente em maio de 1973, no auge da radicalização da luta de classes.

A direita chilena se organizou também em grupos paramilitares (treinados pela Operação Bandeirantes de São Paulo, na Bolívia) dos quais o mais importante era o "Pátria e Liberdade", diretamente subsidiado pela CIA, que organizavam atos de sabotagem e ataques às organizações do movimento popular.

Partidos e Forças Armadas

O primeiro investimento da burguesia chilena para reorganizar os seus partidos — divididos e em crise em 1970 — foi conquistar a hegemonia dos setores de direita na Democracia Cristã. O controle pleno sobre a DC e a depuração dos setores antigolpistas que havia em seu interior acabou por se dar no primeiro semestre de 1973.

O segundo investimento foi o de estabelecer a unidade entre a DC e o PN, conseguida em julho de 1972 com a formação da Confederação Democrática (CODE).

O verdadeiro pivô da contra-revolução, no entanto, seriam os setores golpistas das Forças Armadas que, ao longo do processo, foram conquistando posições e se impondo nas três Armas.

Essa opção — de transformar as Forças Armadas no verdadeiro "partido burguês" — expressava já a decisão das classes dominantes chilenas de reorganizar profundamente o Estado e as suas instituições em crise, esmagando a Unidade Popular e construindo um novo sistema político de dominação mais centralizado, autoritário e profundamente militarizado.

1973

É o ano da contra-revolução: impasse econômico; divisão crescente na direção da Unidade Popular; cerco crescente da direita, que culmina com o massacre da Unidade Popular em setembro.

março — Eleições para a renovação do Congresso: a Unidade Popular obtém 44% dos votos, frustrando o plano da direita de obter 2/3 das cadeiras e votar a destituição de Allende.

maio — A direita golpista consegue o controle total da DC, com a eleição de Patricio Aylwin para a sua presidência (por ironia, este é hoje apresentado pela DC como o "candidato único das oposições" contra Pinochet nas próximas eleições chilenas).

30 de maio — O poder judiciário se julga incompetente para arbitrar as disputas entre o executivo e o legislativo.

12 de junho — O Parlamento aprova a Lei de Controle das Armas. Através dela, as Forças Armadas têm a prerrogativa de invadir sindicatos, sedes de entidades e até lares, desarmando o pouco que havia de capacidade de resistência armada do movimento popular.

29 de junho — Tentativa "precoce" de golpe da direita: através da intervenção direta e pessoal do general Pratts, comandante-em-chefe das Forças Armadas e legalista, movimento dos tanques contra o Palácio de La Moneda, sede do governo, é frustrado. O movimento operário responde à tentativa de golpe com uma greve geral.

22 de agosto — O Parlamento aprova moção indicando a ilegitimidade do governo Allende. Sob pressão, o general Pratts, último ponto de resistência ao golpe nas Forças Armadas, renuncia. Em seu lugar, sob Pinochet, aceito por Allende em função de sua postura aparentemente legalista.

Setembro — A Unidade Popular realiza a sua maior manifestação. Oitocentas mil pessoas em Santiago gritam em coro: "Allende, Allende, o povo te defende" e "criar, criar, criar o poder popular". No dia 5, uma carta convocatória assinada pela Assembléia de todas as organizações populares da capital conclama o povo a resistir ao golpe que virá. Mas não há armas, nem planos elaborados.

11 de setembro — Ciente da decisão de Allende em anunciar este dia a convocação de um plebiscito sobre a sua permanência no governo, Pinochet antecipa o golpe. Tanques marcham sobre Santiago, a aviação bombardeia os setores onde se concentram os "cordões". A resistência armada de Allende e um grupo pequeno de companheiros no Palácio de La Moneda, um gesto carregado de sentido moral e heróico, é apenas simbólica. Começava o sangrento massacre do povo chileno.



Em Santiago, dois dias depois do golpe: uma visão do massacre

XIV — A Revolução Cubana

2ª parte

Aqui, a análise do complexo processo de formação da vanguarda revolucionária em Cuba.

Antes do desembarque do Granma”, diz o comandante Guevara em Notas para o estatuto da Ideologia da Revolução Cubana, “predominava uma mentalidade que até certo ponto poderia chamar de subjetivista; confiança cega em uma rápida explosão, entusiasmo e fé na capacidade de liquidar o poder de Batista através de um levante popular rápido, aliado a uma greve revolucionária espontânea, com a conseqüente queda do ditador. O movimento era herdeiro direto do Partido Ortodoxo e seu lema central: ‘Vergonha em lugar de dinheiro.’ Ou seja, a idéia central do novo governo cubano deveria ser honestidade administrativa”.

Mas quando “termina a insurreição os homens que chegam a Havana, depois de dois anos de lutas ardorosas”... “não são os mesmos que chegaram às praias de Los Colorados ou que se incorporaram no primeiro momento de lua”. E não são os mesmos porque “paralelamente às sucessivas mudanças qualitativas ocorridas nas frentes de batalha, houve as mudanças de composição social de nossa guerrilha e também as transformações ideológicas de seus chefes”.

Essa análise de Guevara é muito esclarecedora. Só partindo dessa compreensão é que podemos entender o fato de Fidel Castro ter surgido no cenário político cubano com um representante de democratismo radical antiimperialista e ter se transformado em poucos anos no principal dirigente da revolução socialista em seu país.

Fidel Castro é o último representante do democratismo radical antiimperialista em Cuba. Surge como uma expressão de toda uma tradição histórica da ilha. A história de Cuba tinha sido até então a história de um combate permanente, mas frustrado, de luta antiimperialista. José Martí, o grande herói da luta contra o colonialismo espanhol, morreu em combate. O seu esforço e dos seus companheiros foi em parte, derrotado, já que a Espanha foi expulsa, mas a ilha passou para o controle neocolonial do imperialismo norte-americano.

Fidel Castro também surge como a expressão mais combativa, mais radical, da luta contra a ditadura de Batista. Primeiro ele tenta impugná-lo juridicamente. Depois, tenta derrubá-lo com o ataque ao quartel de Moncada, que é parte de articulação visando uma greve geral insurrecional. Essas tentativas, principalmente o ataque de Moncada, têm um profundo impacto em Cuba e transformam Fidel em uma referência, em um pólo da luta contra Batista.

A sua defesa no julgamento, depois publicado sob o título de “A história me absorverá”, além de politicamente

combinar essas duas orientações estratégicas básicas, afirma que a vanguarda desta luta deve ser o povo. Essa categoria povo, bastante ampla, tinha, contudo, um fio condutor, uma certa delimitação ao agrupar o proletariado agrícola e urbano e o pequeno camponês.

Os convocados à luta contra a ditadura eram bastante amplos: todos que estivessem interessados na derrubada de Batista. Essas convocações amplas continuam até a vitória da revolução. O que aconteceu, de fato, é que a burguesia por sua dependência estrutural do imperialismo, não teve condições políticas e ideológicas para encabeçar um processo de luta antiimperialista e democrática.

Alianças e iniciativas

O movimento 26 de Julho fez durante o processo de luta vários pactos com setores burgueses de oposição a Batista. O Pacto do México, assinado por Fidel, deu uma legitimidade política ao desembarque, por ter o aspecto de uma unidade nacional, permitindo, inclusive, angariar recursos materiais e militares.

O pacto de Caracas, feito em julho de 1958, é parte da preparação da ofensiva final e, se de um lado é um ponto importante para a insurreição armada, constitui, por outro lado, uma espécie de governo provisório de junta de unidade dos pactuantes, incorporando membros da burguesia que estavam em oposição a Batista.

Embora nunca tenha sido explicitada claramente a estratégia do grupo castrista, compreende-se que para Fidel o importante era ampliar o isolamento da ditadura e o desgaste de sua base de sustentação fundamental — seu esquema militar — ao mesmo tempo em que assegurava as condições e o controle da iniciativa militar revolucionária.

Esse esquema de luta levou a que a guerrilha derrotasse o exército do Estado cubano. Esse exército era a coluna vertebral do Estado burguês em Cuba.

Essa derrota do exército do burguês não se deu apenas através do enfrentamento direto, militar, com a guerrilha. Deu-se também por um processo de desmoroamento do Estado impulsionado pelo movimento de massas.

A greve geral revolucionária, entre 1 e 8 de janeiro de 1959, greve essa convocada por Fidel Castro a partir da cidade de Santiago, produziu uma forte mudança na correlação de forças no seio da sociedade cubana. Significou uma transformação muito rápida e profunda na consciência das massas. Durante os dias 1 e 8 de janeiro Fidel Castro se deslocou, de Santiago a Havana, uma distância de cerca de mil quilômetros, parando de cidade em cidade, nomeando os seus governos.



Guevara e Fidel na Praça da Revolução, Havana, 1961

A tentativa de uma transição controlada por militares, algo como foi tentado pelo imperialismo mais uma vez, vinte anos após, na Nicarágua, fracassou. Concretamente, o poder foi passado para as mãos de Fidel Castro, embora existisse um governo de transição em Havana, com vários ministros burgueses, que foram sentindo nesse processo que cada vez mais dispunham de menos poder real. O que se pode chamar de certo poder dual, findou-se por isso tão rapidamente. Isso nos permite compreender que, em menos de dezesseis meses após o triunfo do Exército Rebelde, a burguesia já estava derrotada.

A construção do partido único

O Movimento 26 de Julho, apesar de todo o amadurecimento, apesar de toda a transformação ideológica dos seus dirigentes, era ainda um movimento muito heterogêneo e frágil para enfrentar as novas tarefas que o processo revolucionário coloca a sua frente.

Em relação ao aspecto da heterogeneidade, basta verificar que Pazos, diretor do Banco Nacional, Sori Marin, secretário da Agricultura (que será fuzilado) e Huber Matos (que passou vários anos preso, posteriormente), são membros dirigentes ou pelo menos com grande influência no M26. Há, portanto, divergências agudas no seio do movimento, que não era uma organização centralizada, pelo menos da forma que se entende a centralização de um partido. Há portanto, podemos dizer, também influências de classes diferentes nesse movimento revolucionário apesar das transformações ideológicas dos seus dirigentes, como analisou Guevara.

Apesar dessas divergências no seio do M26, o verdadeiro poder estava concentrado nas mãos de Castro e sua equipe. É a partir dessa equipe, e principalmente de Fidel Castro, que na alta de um partido revolucionário, passa a ser um centro pessoal de referência para as amplas massas, que começa a

PERU

Em nome da vida

A mobilização dos camponeses peruanos e a pressão internacional salvaram a vida de Hugo Blanco e Luís Tuesta, dirigentes do Partido Mariateguista Unificado.

Valter Souza

Os conflitos entre camponeses e a polícia ocorridos no Peru durante os meses de janeiro e fevereiro não tiveram a ampla cobertura da imprensa internacional como a reação popular na Venezuela contra o governo de Carlos Andrés Peres e suas medidas recessivas. Entretanto, ambos os eventos são elementos importantes para que se tenha uma compreensão do processo vivido pelos países latino-americanos.

O Peru é classificado pelo Banco Mundial e o FMI como um dos "casos incuráveis" entre os países dependentes, junto com nações como a Guiana, o Sudão e a Libéria. O índice de 2.000% ao ano atingido pela inflação peruana, coloca por terra o projeto econômico traçado por Alan Garcia para o país.

A reação popular mais conhecida no exterior ao governo peruano é, sem dúvida, a guerrilha do Sendero Luminoso. De 1980 (quando tiveram início as ações do Sendero) até agora, já morreram doze mil pessoas, entre os quais, oito mil civis. O fantasma da guerrilha é a cortina de fumaça utilizada pelo governo para encobrir sua ação repressiva. As leis de exceção votadas para enfrentar "o inimigo interno armado", são usadas para conter a mobilização popular.

Tiros contra o povo

Durante o mês de janeiro, no departamento de Ucayalli, os camponeses peruanos protestaram por melhores preços oficiais para a comercialização de seus produtos e por condições mais favoráveis para a obtenção de crédito bancário. A região de Pucallpa transformou-se no epicentro destes protestos, sendo, por isso mesmo, o alvo preferido de uma bárbara repressão por parte do governo. Entre 25 de janeiro e 9 de fevereiro, 28 manifestantes foram mortos pelas forças repressivas.



Nesse mesmo dia, durante uma manifestação de oito mil camponeses, a polícia investiu ferozmente sobre a multidão, matando mais oito trabalhadores, entre eles uma menina de 16 anos. Não satisfeita, a repressão utilizou um corpo especial da polícia para tornar a atacar os trabalhadores quando estes se reagrupavam e atirando contra a multidão fez mais vinte mortos.

Durante a tarde, quando a Confederação Camponesa do Peru (CCP) reuniu-se com camponeses da região, a polícia voltou a investir, metralhando mais oito pessoas e prendendo Luis Tuesta (secretário departamental da CCP e militante do Partido Unificado Mariateguista) e Hugo Blanco (secretário de organização nacional da entidade e membro do Comitê Central do mesmo partido).

A princípio, a prisão de Hugo Blanco foi negada. Mais tarde, o ex-deputado foi levado a Lima e, por pressão do movimento sindical, parlamentares e partidos de esquerda, junto com uma ampla campanha internacional, foi julgado e declarado inocente das acusações de porte de arma e incitação à violência, que lhe haviam sido imputadas.

Uma das ações que ocorreu no Peru reivindicando a liberdade de Hugo Blanco foi uma grande greve camponesa em Cusco. Cerca de quarenta mil camponeses conseguiram barrar o tráfego. Em Pucallpa, no dia 15 e 16 de

fevereiro houve uma greve na qual participou toda a população com a mesma exigência.

Militante histórico

Ignorando a ordem de soltura, as forças policiais negaram-se a libertá-lo e levaram-no de volta a Pucallpa. O PT e o movimento sindical encabeçaram, no Brasil, os protestos contra essa arbitrariedade. Em nível internacional redobram-se os protestos contra a atitude dos policiais peruanos. Hugo Blanco foi finalmente libertado no dia 25 de fevereiro. A situação no Peru, no entanto, permanece tensa, refletindo toda a incapacidade do governo Alan Garcia.

Hugo Blanco é uma das principais lideranças camponesas do Peru. Em 1962, dirigiu a guerrilha camponesa, em função da qual foi preso e condenado a 25 anos de prisão. Em 70, foi libertado devido à pressão internacional feita a seu favor. Deportado para o México pelo governo militar de Velasco Alvarado, regressou ao Peru e foi candidato à Assembléia Constituinte pela FOCEP (Frente Operária Camponesa e Estudantil do Peru), sendo eleito com mais de quatrocentos mil votos.

Sua militância política prosseguiu, após o mandato, principalmente através do Partido Unificado Mariateguista, de cujo Comitê Central é membro, e da Confederação Camponesa do Peru, da qual é secretário nacional de organização.

funcionar um governo paralelo ao governo que tinha sido instalado, desde a queda de Batista, em Havana.

Nesse momento, a influência do M26 era de massas, tendo inclusive uma corrente organizada em nível sindical. Isso, contudo, não superava um dos problemas centrais da nova etapa que começa, que era a da transformação e direção do novo regime que estava germinando. Era necessário uma organização mais forte. Coloca-se inclusive, mas não apenas por isso, um processo de unidade também com um velho partido estalinista, PSP, que vai redundar posteriormente no PC cubano.

O Exército Rebelde aglutinava algumas centenas de combatentes poucos meses antes da tomada do poder. Logo depois foi crescendo e calcula-se que no momento da derrubada de Batista esse movimento guerrilheiro contava com cerca de cinco mil homens.

O PSP, por sua vez, afirmava ter cerca de dezessete mil membros. Além disso, era um partido com tradição e quadros sindicais. Era, apesar de todos os seus erros, uma organização relevante. O problema da unidade entre essas forças fica mais problemático se entender quando se sabe que o PSP não participou, pelo menos até os meses que antecederam a queda de Batista, da luta armada contra a ditadura.

Riqueza e contradição

Para melhor verificar a política do PSP nesse período tomemos o seu documento, de dezembro de 1958, ou seja, poucos dias antes da derrubada de Batista.

O PSP defende, então, que "se substitua a tirania por um governo de coalizão democrática". Que "o programa do PSP, que é o mais radical e profundo de todos os apresentados para resolver de fundo a situação cubana, é claro e preciso e não tem nada que possa ou deva assustar a burguesia nacional e em geral aos setores progressistas, patrióticos e democráticos, por moderados que sejam, da nação".

Para não amedrontar a burguesia o PSP não defende "uma medida de nacionalização geral de empresas estrangeiras. Pede, sim, a nacionalização de empresas estrangeiras de serviços públicos".

Mesmo a reforma agrária era defendida pelo PSP como uma medida que, "ao abater os restos feudais", possibilitaria um desenvolvimento capitalista.

Esse desenvolvimento deveria ser feito sob a tutela de "um governo democrático, patriótico, independente e progressista", que "criaria novas e melhores relações com o povo americano".

A dinâmica do processo revolucionário cubano demonstra que estas teses do PSP foram ultrapassadas pela história e confirma o papel de liderança do núcleo dirigente do Movimento 26 de Julho. No entanto, a fusão deste Movimento com o velho partido de quadros, formados no estalinismo, não deixaria de ser uma fonte de problemas para a transição ao socialismo que se iniciava.

A história destes últimos trinta anos de revolução cubana expressa toda a riqueza política e as contradições deste processo.

Crônica de um golpe anunciado

O desenho das entranhas do bloco golpista revela a transição política e econômica que se quer implantar no Paraguai.

Carlos Alonso

O golpe de 2 e 3 de fevereiro que derrubou o general Stroessner foi acompanhado por uma "Proclamação à Nação" assinada pelo general golpista, Andrés Rodríguez, e que explicita o "programa político" do novo bloco governante.

Segundo a proclamação, os objetivos do golpe seriam:

1. Restabelecer a dignidade das FFAA;
2. Defender a dignidade da Igreja Católica;
3. Garantir a unidade do Partido Colorado;
4. Fazer respeitar os Direitos Humanos;
5. Desenvolver uma autêntica democracia.

Os pontos 1. e 3. respondem a uma necessidade de criar um novo espírito de corpo nas FFAA e no Partido Colorado. A facção de Stroessner (os chamados "militantes"), desde agosto de 1988, tinha deflagrado uma verdadeira caçada contra setores e pessoas que, pertencendo até então ao esquema da ditadura, não se curvavam perante a proposta dos "militantes" para a sucessão do general Stroessner: seu próprio filho, Gustavo, tenente-coronel da Aeronáutica.

Os "militantes" na procura do seu objetivo tinham feito reformar dezenas de coronéis (para permitir a ascensão do Gustavo) e para o início de 89 preparavam a reforma de uma leva de generais de maneira a que se viabiliza-se sua ascensão a patente máximo. Com isto, Stroessner perdeu o apoio de quase todos os comandantes de tropa (já que no Paraguai havia um acordo tácito para "não tocar" em generais da ativa).

De outro lado, os "militantes" expulsaram as outras correntes do Partido Colorado (a principal delas, o "tradicionalismo", tinha maioria dos delegados na Convenção de 1988, da qual foram impedidos de participar).

A estratégia dos "militantes" conseguiu então unificar os adversários de Stroessner no seio do próprio bloco ditatorial. Nos seus 34 anos de ditadura, Stroessner sempre usou a tática de dividir os adversários oferecendo vantagens para uns e castigando os outros. Curiosamente, no seu último ato ditatorial, a escolha

do seu sucessor não teve essa capacidade.

A reconstituição da aliança FFAA-P. Colorado, via Rodríguez e os "tradicionalistas", mostra que o projeto político do golpe é da continuidade do **unipartidarismo** (total identificação FFAA-P. Colorado), que deu sustentação a Stroessner em todos estes anos.

Aliança com a Igreja

A menção à Igreja na proclamação cumpre dois objetivos: de cavar apoio popular num país amplamente católico e selar um novo pacto com a Igreja (Stroessner já o tinha feito na década de 50 e rompido com ele anos depois).

A hierarquia católica tinha sido alvo preferencial das hostes stroessnistas e, por isso, a guinada dada por Rodríguez apresenta-se com grande destaque. De fato, a hierarquia católica "participou" do golpe (a rádio católica fez uma cobertura toda especial na frente de todos os outros meios de comunicação).

A fala sobre direitos humanos e democracia nada mais é que uma exigência de **marketing político** da embaixada norte-americana que agora pode se gabar de não ter mais nenhuma ditadura militar no seu quintal latino-americano e com isso, aumentar sua mar-

gem de manobra em nível internacional.

Os cinco pontos da proclamação espelham um leque de alianças estratégicas que se construiu para o golpe: encabeçado pelo setor de Rodríguez nas FFAA, os "tradicionalistas" no Partido Colorado, a hierarquia católica, a embaixada norte-americana e importantes setores do empresariado paraguaio.

O projeto Rodríguez

Em 1954, quando em 4 de maio Stroessner deu o golpe contra outro setor do próprio Partido Colorado (no governo desde 1948), suas alianças foram equivalentes às de Rodríguez 35 anos depois. A pergunta que se faz é: se os parceiros são mais ou menos os mesmos, qual a necessidade do golpe?

A resposta dos especialistas da embaixada norte-americana passa pela experiência nicaraguense. Os EUA assistiram atônitos à acelerada desagregação de uma ditadura alicerçada numa dinastia (a dos Somoza) sem poder conter o processo porque a lógica da "camarilha no poder" emperrava qualquer projeto de mudança do regime.

Para os analistas americanos, a transição se dá por iniciativa de um setor de peso do próprio bloco ditatorial ou pe-



Rodríguez, empresário do tráfico e do contrabando: à cabeça do golpe a intervenção imprevisível das massas populares.

Quando o país entrou numa prolongada crise econômica em 1982, dois processos ocorreram simultaneamente: um ascenso das lutas populares, com greves, ocupações de terras no campo e na cidade, grandes manifestações antiditatoriais puxadas pela Igreja ou pela oposição; as entidades empresariais manifestaram, pela primeira vez desde a década de 50, sua inconformidade, primeiro, e sua aberta oposição, depois, frente à política econômica e à própria ditadura.

O ano de 88 seria decisivo porque a sucessão do velho ditador finalmente estava colocada. A facção "militante", ao acirrar a luta intestina no partido e nas FFAA, nada mais fez que ajudar à estratégia da embaixada norte-americana. O embaixador americano constituiu-se, na noite do golpe, na fonte mais informada (e mais procurada pela imprensa) sobre os pormenores da luta entre os militares.

Para os analistas americanos, a transição se dá por iniciativa de um setor de peso do próprio bloco ditatorial ou pe-

Transição conservadora

Golpe militar sem nenhuma participação popular direta, contra uma ditadura de quase 35 anos, fornece no curto prazo todos os louros ao comandante golpista. Isto repercute fortemente na consciência popular.

Rodríguez aproveita-se disto para convocar imediatamente eleições gerais. Com esta iniciativa, atinge dois alvos: não se obriga a mudanças de fundo do atual regime eleitoral e político antidemocráticos; "sanciona sua popularidade" nas urnas num momento de "pico".

Isto faz com que, no atual momento político, haja no Paraguai um clima de liberdades razoavelmente amplo, mas sem nenhuma garantia institucional (já que o arcabouço ju-

rídico é da "era de Stroessner").

Desenha-se assim com "aprovação popular", a mais conservadora transição do Cone Sul.

Programa econômico

Antes do golpe completar um mês, o general Rodríguez lançou um pacote econômico nos moldes do FMI! Liberalização da economia, via câmbio livre do dólar e privatização das empresas estatais.

A nova camarilha no poder tem amplas vinculações com o capital internacional e coloca como ponto de honra do seu programa uma maior "abertura" do país ao exterior, incrementando exportações e atraindo investimentos ao país.

O momento é propício pela instabilidade política que se vive em vários países da América do Sul (Peru, Chile etc.) e que faz com que o pequeno capital (de até 10 milhões de dólares) procure perspectivas de investimento estáveis. Rodríguez propõe-se a oferecê-las.

De outro lado, Stroessner deixou o Paraguai numa crise que se arrasta desde 1982 quando o PIB praticamente não voltou a crescer. Isso dá alguma margem de manobra a Rodríguez e seu plano (que acentuará a crise para os setores voltados para o consumo interno) já que os problemas de hoje poderão ser explicados pela pesada herança stroessnista.

Finalmente, o programa de Rodríguez coloca a perspectiva de legalizar o comércio que até hoje é feito por contrabando. Se é ele quem diz, há que se acreditar já que se trata do maior contrabandista do país (café brasileiro, gasolina, grãos etc.). Assim, ao invés dos escassos 300 milhões de dólares de exportação atuais, o governo espera aumentá-las este ano para 1 bilhão de dólares.



Território: 406.752 Km² (o dobro que o estado do Paraná)

População: 4 milhões no país (55% rural) e 1 milhão na Argentina (emigrados por motivos econômicos e/ou políticos)

Capital: Assunción (700 mil habitantes)

Estrutura econômica: (% do PIB)
Agricultura, 30%
Indústria, 16%
Serviços, 54%

Força de trabalho: (% da População Economicamente Ativa-PEA)
Agricultura, 43%
Indústria, 10%
Serviços, 47%

Desemprego: 20% da PEA
Comércio Exterior: 60% com o Brasil

Dívida Externa: US\$ 2,5 bilhões (fora dívida com Brasil por causa de Itaipú)

Produto Interno Bruto: US\$ 3,5 bilhões

A transição controlada e o movimento popular

A recomposição das organizações sindicais e políticas do povo paraguaio que se verifica desde 1980 dá esperanças na construção de uma alternativa à ficção de democracia que se anuncia.

Rodriguez era o segundo de Stroessner. É conhecido internacionalmente graças ao livro "Conexão Latina" que descreve a organização do tráfico de cocaína na América do Sul; Rodriguez aparece encabeçando uma das organizações mais fortes na década de 70.

Com uma mansão avaliada em aproximadamente US\$ 10 milhões, apesar de seu salário de general ser de apenas US\$ 800 mensais, dono de uma fábrica de cerveja, várias empreiteiras que participaram da construção de Itaipú, articulador do contrabando de café brasileiro pelo Paraguai para outros mercados, dono de um banco comercial e detendo o monopólio do dólar "paralelo" no país, além de latifundiário, não se configura como o ideal de líder democrático para uma transição.

O grande "álibi" do Rodriguez é ter dado o golpe contra Stroessner e aberto o período de liberdades (mesmo que nenhum esteja garantido institucionalmente). Nisso radica sua chance de articular a fachada democrática de um regime que transita entre a continuidade e a ruptura com a ditadura derrubada. Não é estranho que Rodriguez se negue a convocar no próximo período uma Assembléia Constituinte.

Um dos primeiros atos do governo de Rodriguez foi convocar eleições gerais para 1º de maio.

Para tanto, modificou unilateralmente a legislação eleitoral, de maneira a retirar a restrição para a formação de partidos legais de no mínimo dez mil assinaturas. Mas manteve diversos mecanismos antidemocráticos, como por exemplo: quem obtém maioria simples na eleição detém 2/3 das cadeiras no congresso; a Junta Eleitoral Central que dirige a eleição continua dominada pelo partido de governo; as listas de votantes a serem utilizadas são as mesmas da época de Stroessner que eram amplamente fraudadas.

A população empolgada com a queda de Stroessner quer votar (pesquisas mostram que 80% quer votar já). E mais: pesquisas realizadas em nível urbano dão maioria de intenção de voto ao próprio Rodriguez, seguido muito atrás pelos demais candidatos.

Os ritmos da transição

"Mudar o mínimo, para que não mude nada" parece ser o lema do novo governo. O regime surgido do golpe de 2 e 3 de fevereiro pressupõe que o Partido Colorado continuará a ser majoritário, desta vez pelas urnas, e não contempla uma real "alternância no poder" (ao estabelecer sua identidade com as FFAA). Isto é, no Paraguai nos marcos do golpe, não haverá Constituinte.

Mas pela pressão popular exercida contra a ditadura estronista, era impossível que do golpe surgisse apenas um novo regime militar, a menos que o novo governo estivesse disposto a enfrentar imediatamente a ira popular. Daí que, mesmo sem grandes mudanças na lei nem nas instituições, Rodri-



O povo nas ruas: antídoto contra o "stroessnismo sem Stroessner"

guez teve que "conceder" liberdades amplas.

Isto é, o golpe procura estabilizar um regime de dominação em novos moldes, abrindo o "jogo político democrático".

De outro lado, o novo governo se propõe viabilizar um projeto econômico antipopular, pró-oligárquico e pró-imperialista (na matéria ao lado).

Se os setores populares continuam a ocupar os espaços abertos com o golpe como o estão fazendo, o novo regime não demorará a entrar em contradição, já que para aplicar sua política econômica deverá apelar aos tradicionais métodos ditatoriais de repressão.

Provavelmente, o primeiro confronto a acontecer será no campo. Com as promessas de democracia, milhares de camponeses sem terra preparam-se para ocupar terras de latifundiários. A esses movimentos, Stroessner respondia sempre com o cerco militar. De que maneira responderá Rodriguez, apoiado como está nos latifundiários e sendo ele mesmo latifundiário?

A reconstrução

Até 1986, os setores populares no Paraguai praticamente só trabalharam na reconstrução de suas organizações de reivindicação imediata. Em 1980, surge o Movimento Campesino Paraguai (MCP), a mais forte organização camponesa surgida até hoje. Em 1984, é criado o Movimento Intersindical de Trabalhadores (MIT), espécie de central sindical paralela à confederação oficial. E mais recentemente, em 1987, funda-se a Federación Estudiantil Universitaria del Paraguay (FEUP), como resultado do avanço dos setores opositores nos centros acadêmicos ao longo da década.

Em 1986, a greve dos trabalhadores do Hospital das Clínicas que reivindicavam ganhar pelo menos o salário mínimo, polarizou os setores populares ao gerar grandes enfrentamentos com o aparato repressivo da ditadura

Stroessner.

Dessas mobilizações surgiria, no ano seguinte, o Movimiento Democrático Popular (MDP), agrupamento de militantes dos setores populares, que coloca pela primeira vez desde a fundação do PC paraguaio, em 1928, uma discussão ampla sobre a alternativa política desses setores e sua organização política independente.

Novo desafio

O MDP avançou nesses dois anos de vida na sua definição partidária e hoje é uma importante força política. Pesquisas de opinião lhe dão uma preferência popular em nível urbano próxima dos 5%. Organizado em nível nacional, mantém relações em nível internacional prioritariamente com o Partido dos Trabalhadores do Brasil. Sua militância tem uma importante penetração em nível rural, na periferia urbana e estudantil; cristãos da linha da Teologia de Libertação militam no movimento e há vários dirigentes sindicais.

Porém, a questão da alternativa política dos setores populares não foi inteiramente resolvida com o surgimento do MDP. Vários setores, sobretudo em nível camponês e sindical, mantinham até o golpe militar de Rodriguez, uma grande desconfiança em relação à proposta de uma organização política ampla do campo popular, preferindo manter a atividade estritamente reivindicativa.

De outro lado, essa visão traduziu-se agora na idéia de "cada setor criar seu partido". Assim, o que está em discussão hoje é a formação de uma frente de todos os setores populares, organizados politicamente ou não, para participar das eleições de 1º de Maio.

Um movimento popular que teve um desenvolvimento político muito desigual nesta década, agora deverá enfrentar o desafio de apresentar uma alternativa única, frentista, para influir na conjuntura.

A GEOPOLÍTICA DO GOLPE

O Brasil e os Estados Unidos participaram ativamente no golpe militar que levou Stroessner ao poder em 1954. Agora, a história se repete.

Stroessner tem uma longa relação com os militares brasileiros. Tendo estudado em academias militares brasileiras, desde o primeiro dia de sua ditadura trabalhou para tirar o Paraguai da esfera de influência da Argentina (como vinha acontecendo desde o final do século passado) e colocá-lo sob a influência militar, política e econômica do Brasil.

A rodovia Asunción-Foz de Iguaçu, a "Ponte da Amizade", a usina de Itaipu, a colonização das terras do leste paraguaio por latifundiários brasileiros, o controle do mercado financeiro paraguaio pelos bancos brasileiros (notadamente o Banco do Brasil) são aspectos da "integração" do Paraguai ao Brasil.

Nem governos civis (Juscelino, Jânio, Jango) nem os militares que os sucederam, e muito menos o governo Sarney, nunca puseram em questão a relação do Brasil com a ditadura paraguaia.

Foi com os governos militares — e notadamente sob o governo Geisel — que o grosso das obras de infraestrutura e das iniciativas de "integração" aconteceram.

Itaipu, iniciada em 1973 com a assinatura do tratado entre os dois países é um dos "primores" desta relação bilateral. Nessas obras, os militares de ambos os países sempre souberam combinar interesses geopolíticos com bons negócios para suas "camarilhas". A usina que foi avaliada em dois bilhões de dólares no seu início, custou ao final mais de vinte bilhões (sem que houvesse mudanças no projeto).

Assessoria ao golpe

Por conta desta relação, o Brasil é hoje o maior fornecedor de armamentos (inclusive os tanques utilizados no golpe) e de treinamento militar (a Missão Militar Brasileira é maior do que a americana em Asunción). Comenta-se, inclusive, que oficiais brasileiros assessoraram diretamente Rodriguez na montagem tática do golpe.

Com fortes interesses econômicos e geopolíticos na relação com o Paraguai, os militares brasileiros acabaram concordando com a estratégia americana da transição "por dentro". Hoje, estão muito bem representados no novo gabinete.

O ministro da Fazenda é Enzo Debernardi, tecnocrata de origem italiana (militou no fascismo na juventude) que desde 73 era o responsável paraguaio por Itaipu e, em consequência, goza da plena confiança dos militares brasileiros. O ministro da Indústria, Antonio Zucolillo, além de ser parceiro nos negócios do Rodriguez, tem negócios imobiliários e comerciais no Brasil.

Continuação da página 16

TRABALHO DOMÉSTICO

As mulheres são diretamente responsáveis pela reprodução da força de trabalho em dois níveis: biologicamente e no cotidiano. Daí a necessidade de controle sobre sua sexualidade, sua função de procriação e a manutenção de sua função no trabalho doméstico. Ao se desresponsabilizar da tarefa de sustentação cotidiana dos indivíduos, o Estado, os patrões e a burguesia, fazem com que tais tarefas sejam vistas como obrigação de cada família e, no seio da família, atribuindo-se o trabalho doméstico às mulheres. Dessa forma a sociedade se desobriga da educação das crianças, da alimentação, das necessidades cotidianas, como lavar e passar roupa, transporte etc. Estas tarefas poderiam ter um custo muito mais baixo para os trabalhadores se fossem realizadas coletivamente, através de creches, pré-escolas, educação pública, restaurantes populares, lavanderias etc.

O trabalho doméstico com seu caráter invisível, não reconhecido socialmente, numa jornada sem limites, coloca a mulher numa situação de isolamento social e individual, com consequências para sua saúde mental e física, colocando-a à margem da educação, da ciência, da cultura, da participação política e social. Especialmente crítica é a situação das famílias chefiadas por mulheres. Em 1980, havia no Brasil mais de 4 milhões de famílias chefiadas por mulheres. Estudo elaborado pelo Ministério do Trabalho (1985) encontrou 30% das famílias pobres nas cidades e 12% no campo chefiadas por mulheres.

“A situação mais extrema, entretanto, é a das mulheres negras, ainda mais quando são chefes de família. A cor, para essas mulheres, funciona como ‘fator de expulsão para as atividades pior remuneradas no mercado de trabalho’; além disso, determina os mais baixos rendimentos, mesmo dentro de uma mesma ocupação. Há estudos que indicam que dois salários mínimos representam o máximo de rendimento médio mensal que a maioria dessas mulheres conseguem obter, já que mais de 80% das negras que trabalham fora situam-se nessa faixa de renda. Na faixa de renda da miséria absoluta (com rendimento até 1/4 do salário mínimo) há quase 3 vezes mais negras do que brancas.” (*)

O Estado brasileiro dentro de suas prioridades definidas em função dos

interesses das classes dominantes define seu orçamento relegando a um segundo plano as funções sociais relacionadas ao bem-estar da população. Com o agravamento da crise econômica, a deterioração dos salários, pesa ainda de forma mais dura sobre as mulheres o cuidado com as crianças, com a alimentação, as condições de vida familiar: moradia, saúde. Ao entrar no mercado de trabalho as mulheres continuam obrigadas a arcar com as funções do trabalho doméstico, não divididas dentro de casa, e não cumpridas pelo Estado. O desenvolvimento de políticas sociais que visem a responsabilização social, do Estado, pelas tarefas domésticas corresponde a uma necessidade básica de melhoria das condições de vida dos trabalhadores em geral e, especial das mulheres, uma vez que lhes abre um caminho a libertação da servidão doméstica.

PROPOMOS:

- . modificação radical nos orçamentos da união com priorização nas áreas de atendimentos sociais que possibilitem a socialização do trabalho doméstico;

- . incentivo ao desenvolvimento de programas nos níveis estaduais para o estabelecimento de redes de equipamentos sociais na área de lavanderias e restaurantes populares, centros de assistência técnica e centros de limpeza;

- . incorporação na política habitacional federal da exigência de inclusão no planejamento dos conjuntos habitacionais de construção destes equipamentos sociais;

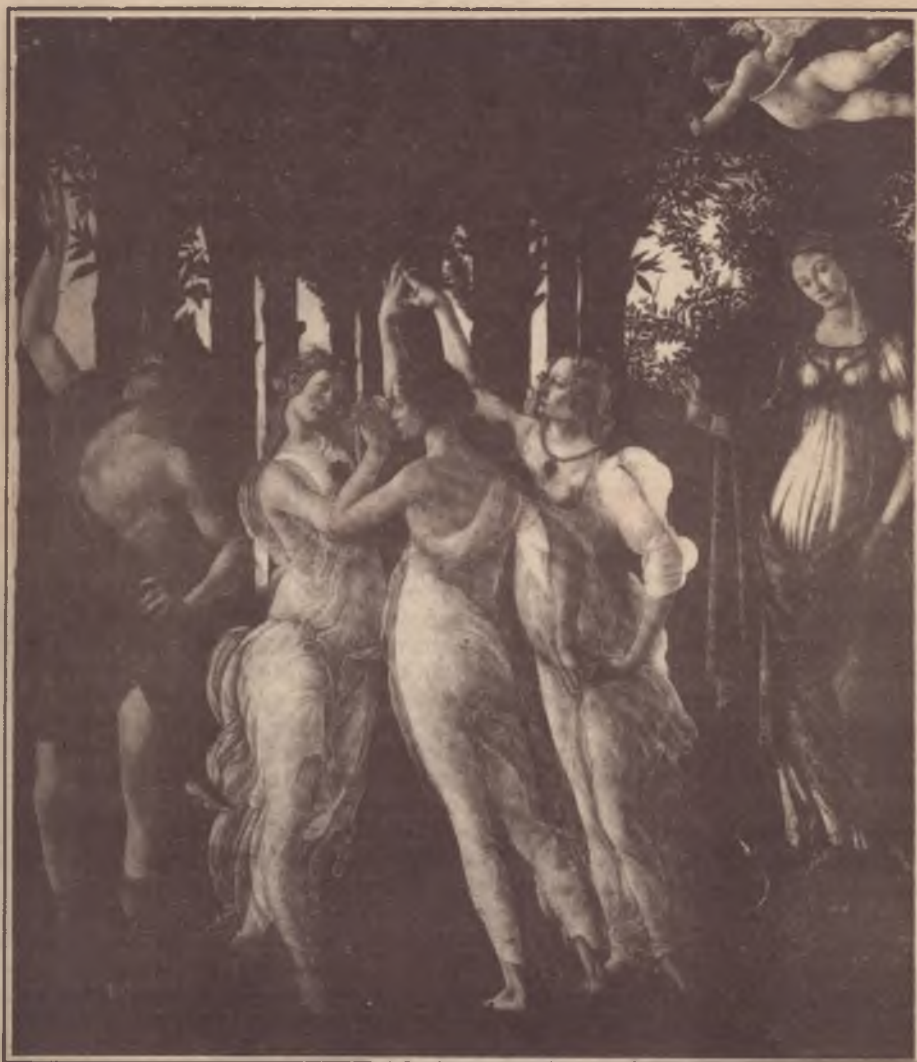
- . normatização e fiscalização rigorosa da aplicação da obrigatoriedade de creches nos locais de trabalho;

- . aumento das verbas da União repassadas para os Estados e os municípios destinados à educação básica e primária, incluindo creches e pré-escolas de 0 a 7 anos.

- . proposição de legislação específica para as empresas privadas normatizando a implantação de serviços de alimentação e lavanderias para os funcionários.

O SEXISMO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Um dos fatores que vem contribuindo para a discriminação sexual é a educação escolar. Esta, consolida a imagem de mulher já assimilada pela criança, que desde o nascimento acostuma-se a conviver com a supremacia do pai e a submissão da mãe. No espaço escolar, a mulher aparece como aquela que



Detalhe de A primavera, de Botticelli

— subalterna em relação ao homem — se ocupa com os problemas “menores”, sendo portanto incapaz de se responsabilizar pelo seu próprio destino. Estas idéias limitam as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional da mulher e de uma atuação transformadora no meio em que vive.

Só um trabalho ininterrupto de erradicação dos papéis sexuais convencionais — levando a criança a considerar natural uma sociedade pluralista e democrática e rejeite toda e qualquer estrutura autoritária e desigual — pode construir o homem e a mulher com a mesma dignidade. Sem isso, mesmo nas sociedades mais avançadas, o processo democrático jamais chegará a seu término.

Por isso, no que diz respeito à educação, propomos:

- . adoção de medidas que desestimulem a divulgação dos conceitos estereotipados dos papéis sexuais nos livros didáticos e programas escolares;

tipados dos papéis sexuais nos livros didáticos e programas escolares;

- . a garantia às mulheres de orientação vocacional e capacidade profissional, com acesso a qualquer nível de estudo, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais;

- . transformação nos currículos dos cursos de formação de professores no sentido de incorporar o tema da participação social da mulher, enfatizando a importância de sua luta contra a opressão sexual e de classe, visando ao questionamento dos padrões sócio-culturais para eliminar os preconceitos, as práticas baseadas na idéia de inferioridade ou superioridade de qualquer sexo e as funções estereotipadas;

- . inclusão da educação sexual no currículo do curso de 1º e 2º graus;

- . fiscalização da publicidade veiculada pelos meios de comunicação de massa a fim de impedir a propagação massiva e indiscriminada de preconceitos contra mulher.

EM TEMPO:

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 8,00 () Normal: NCz\$ 5,00

Nome: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Cep 05414 — São Paulo — SP

**Um jornal
engajado
na luta
feminista**



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Um programa contra a opressão das mulheres

No momento de disputa presidencial, quando o PT deverá se apresentar como uma alternativa política global, a necessidade de incorporar uma política em relação às mulheres significa não apenas incorporar o feminismo como uma marca do partido, mas também ser capaz de se contrapor à investida que os governos burgueses têm desenvolvido com a política dos Conselhos da Mulher.

Esse primeiro projeto de programa de governo, elaborado pela coordenação da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, é um ponto de partida importante na luta para que o PT de fato integre no seu programa os aspectos centrais da política feminista e das reivindicações das mulheres.

Com as limitações naturais dessa primeira elaboração, já se procura apontar cinco eixos centrais a serem atacados, que estão na base da opressão e discriminação das mulheres e dos mecanismos de sua reprodução: o trabalho doméstico, a posição das mulheres no mercado de trabalho, a violência sexista, a questão da saúde e dos direitos reprodutivos, o sexismo na educação.

Reproduzimos, aqui, a primeira parte deste documento que completaremos na próxima edição.

A luta pela libertação das mulheres é um componente fundamental da luta de todos os oprimidos para construir uma nova sociedade.

O PT reconhece a discriminação específica das mulheres. Entende que além das relações de classe, as mulheres estão submetidas às relações de opressão de sexo, que estabelecem uma rígida divisão sexual do trabalho, de papéis sociais, que determinam e definem as atividades das pessoas, desejos, propósitos, sonhos, formas de relação, de acordo com seu sexo, dividem mulheres e homens nos seus respectivos papéis sexuais, hierarquizados: de dominador e dominado.

Estas relações, embora não sejam nem autônomas nem

idênticas às relações de classe, são interdependentes, e por serem mutuamente dependentes, se expressam em todas as esferas: econômica, política, social e ideológica. É por isso que a eliminação das discriminações das mulheres não podem ser resolvidas apenas no combate ideológico, mas exigem o desenvolvimento de políticas específicas que ataquem diretamente as causas e manifestações dessa opressão e discriminação.

Dentro da sociedade capitalista, manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, aumentando a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e competição de interesse e privilégios no seio dos trabalhadores, assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos e aumentar a situação de desumanização, alienação dos trabalhadores, dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência como classe dominada.

O movimento de mulheres e o feminismo trouxeram para a luta dos trabalhadores uma postura e um componente de rebeldia que questionam as relações de poder entre os sexos, ampliando o horizonte da luta anticapitalista. É a compreensão da relação entre a dominação de classes e a dominação patriarcal.

Em todas as classes sociais, o "status" da mulher é inferior ao do homem. Desde o início do seu processo de socialização a criança começa a aprender como "natural" uma sociedade que se funda em padrões de autoritarismo, desigualdade e discriminação.

O peso e a importância de atuarmos desde já no combate à discriminação das mulheres se faz também pelo reconhecimento de que mesmo nos países que passaram por um processo de transformação revolucionária permanece a discriminação e opressão das mulheres, uma vez que permanecem intocados valores e estru-



Anna Zborowska.

turas patriarcais que fundamentam esta opressão.

As diretrizes gerais do programa alternativo de governo do PT devem se pautar pelo compromisso de efetivar todas as medidas políticas necessárias para a superação da desigualdade político-jurídico-econômico-sociais da mulher brasileira, numa perspectiva de construção de uma nova sociedade. No âmbito de um governo democrático-popular é fundamental que lutemos desde já por medidas que apontem para a construção de uma sociedade socialista democrática e antidiscriminatória.

MERCADO DE TRABALHO

Um estudo das Nações Unidas feito em 101 países na Década Mulher revelou que a mulher perfaz 2/3 do trabalho mundial e recebe apenas 1/3 da massa salarial. De cada 100 pessoas que exercem o poder uma é mulher, e de cada 100 pessoas que possuem a riqueza uma é mulher. Isso nos mostra que a superexploração do trabalho da mulher é um dos elementos centrais da exploração capitalista e da concentração de renda. Uma reivindicação

de salário igual para trabalho igual, por exemplo, ganha nesta realidade uma importância muitas vezes ignorada pelas análises econômicas do ponto de vista dos trabalhadores.

A entrada e participação das mulheres no mercado de trabalho é condicionada por sua situação de discriminação e pelo seu papel na família. Dessa forma, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, no Brasil, nas últimas décadas, que hoje chega a 37%, mantém as mulheres concentradas nas atividades menos qualificadas, com o peso ainda grande nos setores tradicionalmente femininos — embora seja bastante significativa a entrada de mulheres em alguns setores não tradicionais na indústria. No total de mulheres que se incorporaram a PEA no período de 1981-84, mais de 3/4 não tiveram sua carteira assinada; 73% das mulheres que trabalham fora ganham até 2 salários mínimos, enquanto para os homens a proporção é de 53%. Mesmo nos setores de empregos públicos se mantêm os processos de discriminação: nas frentes de trabalho de emergência, por exemplo, criadas pelo governo federal no nordeste, em 1983, as mu-

lheres tinham que trabalhar 100 horas mensais para ter direito à mesma remuneração mínima pela qual os homens trabalhavam 60 horas mensais.*

Entre as trabalhadoras rurais a não regulamentação das relações de trabalho, a extrema miséria das famílias, e a inexistência de serviços básicos nas áreas de educação, saúde, transporte etc. torna a carga de trabalho ainda mais pesada.

Propomos:

1. Rigorosa fiscalização, das empresas que empregam mulheres, garantindo a igualdade salarial entre homens e mulheres;
2. Proibição da discriminação: cor, teste de gravidez, sexo, estado civil para contratação; com rigorosa fiscalização e punição dos infratores;
3. Proibição da discriminação de cor, sexo, estado civil nos anúncios de ofertas de emprego;
4. Promover e incentivar cursos profissionalizantes para mulheres;
5. Garantia de que todos os cursos do SENAI e SENAC sejam abertos às mulheres;
6. Ampliação da licença-paternidade;
7. Trabalho de propaganda e de conscientização social no sentido da responsabilização masculina pela realização do trabalho doméstico.
8. Campanha Nacional de esclarecimento à mulher sobre seus direitos, e incentivo a que ela procure a Justiça do Trabalho para denúncia de discriminação ou violência sofridas nos locais de trabalho. Assistência jurídica à mulher reclamante;
9. Extensão efetiva dos direitos trabalhistas integrais às trabalhadoras domésticas e às trabalhadoras rurais;
10. Fiscalização da aplicação da lei que garante à mulher gestante estabilidade no emprego, punindo aqueles que demitirem mulheres grávidas;
11. Fiscalização da aplicação da lei que garante à mulher gestante o direito de mudar de função, caso seja comprovada sua necessidade por atestado médico.

* Alguns dos dados citados na elaboração deste documento foram retirados de: Carmen Barroso e Tina Amado — "O impacto da crise sobre a saúde das mulheres pobres". O caso do Brasil.

(Continua na pág. 15)